

**FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

ANA PAULA FABRES BORLOTH

**O ENSINO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: A NECESSIDADE DO
ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - ES**

**Vitória
2015**

ANA PAULA FABRES BORLOTH

**O ENSINO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: A NECESSIDADE DO
ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA - ES**

Trabalho Final de Mestrado Profissional. Para
obtenção do grau de Mestre em Ciências das
Religiões. Faculdade Unida de Vitória.
Programa de Pós-Graduação em Ciências das
Religiões. Linha de pesquisa: Religião e Esfera
Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Paula
Cavalcante.

Vitória

2015

Borloth, Ana Paula Fabres

O ensino religioso e a formação para cidadania / A necessidade do ensino religioso nas séries iniciais do Município de Cariacica - ES / Ana Paula Fabres Borloth. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

xi, 107 f. ; 31 cm.

Orientador: Ronaldo de Paula Cavalcante

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de

Vitória,

2015.

Referências bibliográficas: f. 97-108

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso. 3. Cidadania. 4. Ensino religioso e séries iniciais. 5. Município de Cariacica - Tese. I. Ana Paula Fabres Borloth. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

ANA PAULA FABRES BORLOTH

O ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR E A FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: A
NECESSIDADE DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO NAS SÉRIES INICIAIS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA-ES

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.


Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA (presidente)


Doutor David Mesquita de Oliveira – UNIDA


Drnd. Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. Uma vez que, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

Dedico este trabalho a Deus, por me abençoar com saúde e sabedoria para vencer os obstáculos dia a dia. Senhor da minha vida, conhecedor do meu coração e realizador dos meus sonhos. Amo-te, Jesus, pois sei que estás comigo a todo tempo.

“Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei”. Salmos 91: 2

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Juliano Motta, homem honrado, marido exemplar e pai maravilhoso. Obrigada pelos incentivos de sempre e por zelar por mim e meus ideais. Amo você.

Ao meu filho Miguel, o ser mais importante da minha vida, presente de Deus, benção para minha família. Obrigada por existir, fazendo cada dia ser mais feliz. Te amo.

Aos meus pais, José e Rita, pelas orações e pelos dias que passaram cuidando do netinho, meu filho, com carinho e paciência, para que esse momento, enfim, chegasse. Amo vocês.

Ao professor orientador, Dr. Ronaldo de Paula Cavalcante, pelos momentos de orientações dispensadas a mim durante o curso. E aos demais professores da Faculdade Unida de Vitória, pela competência, respeito e atenção de sempre.

Aos meus colegas do curso, pela amizade conquistada durante os dois anos que passamos juntos. Foram momentos inesquecíveis e de grande aprendizado.

Aos funcionários da Faculdade Unida de Vitória, sem exceção, por sempre estarem dispostos ajudar. Vocês também fazem parte dessa conquista.

Aos meus alunos, que me permitem construir com eles novos conhecimentos, agregando valores às nossas aulas. Minha fonte de inspiração, referência de estudo deste projeto. O futuro da nação está nas mãos desses pequenos seres. Que Jesus abençoe vocês.

Aos amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade. Obrigada pelas orações e pelas palavras de amor e encorajamento, fundamentais para que eu pudesse chegar até o fim, e por participarem de momentos únicos e inesquecíveis como este.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar que é possível, necessário e estabelecido por lei agregar o Ensino Religioso no ambiente escolar nas séries iniciais do município de Cariacica-ES, uma vez que essa, não é uma prática adotada pelas escolas municipais, durante a fase escolar inicial do aluno, ou seja, do 1º ao 5º ano. A proposta deste trabalho é auxiliar no desenvolvimento de aulas com prazer e entusiasmo para todos os envolvidos no contexto escolar. Sabe-se que, no decorrer dos anos, já foram trabalhados vários modelos de aulas de Ensino Religioso, como o catequético e teológico, mas esses eram muito dependentes da igreja. Hoje, é proposto um ensino baseado nas Ciências das Religiões, que gera conflitos de opiniões sobre sua importância nas escolas, já que abordaria todas as religiões sem preconceito. A visão é englobar a manifestação dos fenômenos religiosos e das tradições culturais, associadas à formação da cidadania do indivíduo. Afinal, aceitar as diferenças é um desafio que deve ser conquistado nas instituições de ensino para contagiar as pessoas também fora dela, com aulas cidadãs, mostrando direitos e deveres de toda uma sociedade, com diálogo, reflexão e integração de opiniões. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), a boa convivência religiosa num mundo pluralista ainda é um grande desafio, pois cada religião tem sua própria doutrina, entretanto, o direito à livre expressão, à democracia e à laicidade devem ser respeitados, assim como está prescrito na Constituição Federal. Atitudes ofensivas e agressivas contra a opinião religiosa do outro deve ser banida da sociedade. Pensando nisso, e sabendo que o ser humano está em permanente aprendizado, principalmente nas séries iniciais, o ensino deve estar engajado em preparar um cidadão crítico e criativo para transformar realidades, com competência e consciência para toda a vida. Esse período escolar inicial está envolto numa fase de descobertas e formação da personalidade. Assim sendo, por meio do diálogo contínuo em sala de aula, podem-se conhecer as diferenças religiosas de cada grupo, permitindo ao outro mostrar o que pensa sobre o assunto abordado, trocando informações, favorecendo a formação de novos conceitos e conhecimentos sobre o universo religioso. A sociedade está carente de paz e respeito, e as aulas de Ensino Religioso tem uma visão científica e inovadora para tentar resgatar valores, preparando o aluno para interagir na sociedade, como um lugar mais humanitário para se viver. Cabe aos Estados entenderem essa necessidade e aceitarem que permitir ao aluno conhecer as manifestações do sagrado, pode torná-lo menos intolerante e mais reflexivo nas suas ações diante das situações cotidianas. Alguns municípios do Espírito Santo já possuem o Ensino Religioso nas séries iniciais, mas, essa ainda não é uma realidade do município de Cariacica. Esse é o momento de agregá-las a grade curricular municipal das escolas para que tentemos diminuir a violência, que é uma realidade nacional, preparando com conversas cotidianas os alunos para pensarem mais em si e no seu próximo. Desenvolver a generosidade, a justiça e principalmente a paz entre as pessoas, para termos um presente mais humano e um futuro mais justo para todos.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Sociedade. Cidadania. Educação.

ABSTRACT

This work aims to show that is possible, necessary and required by law adding Religious Education at school in the early grades of the municipality of Cariacica-ES, once that, this is not a practice adopted by the municipal schools during phase Initial school student, from 1st to 5th year. The purpose of this study is for auxiliary in the development of lessons with pleasure and excitement for everyone involved in the school context. It is known that, over the years, have been worked out various models of Religious Education classes, as the catechetical and theological, but these were very dependent on the church. Today, is propose a teaching based on the Science of Religions that which generates conflicts of opinions about its importance in schools, as talk of all religions without prejudices. The vision is to include the manifestation of religious phenomena and cultural traditions associated with the formation of an individual's citizenship. Because accept differences is a challenge that must be conquered in educational institutions to infect people also outside it, with citizens lessons, showing rights and obligations as all of society, With dialog, reflection and integration of opinions. For the National Curriculum Parameters of Religious Education (PCNER), good religious coexistence in a pluralistic world is still a big challenge because each religion has its own doctrine, however, the right to freedom of expression, democracy and secularism must be respected, as is prescribed in the Constitution. Offensive and aggressive actions against the religious beliefs of others should be banished from society. Thinking about it and knowing that the human is constantly learning, especially in the early grades, teaching must be engaged to prepare a critical and creative citizens to transform realities with competence and conscience for the life. This initial school period is wrapped in a phase of discovery and formation of personality. Therefore, through the continuous dialogue in the classroom, can be known religious differences of each group, allowing the other to show what you think about the subject matter, exchanging information, encouraging the formation of new concepts and knowledge about the universe religious. Society need of peace and respect, and the Religious Education classes have a scientific and innovative vision to try to rescue values, preparing the student to interact in society, as a more humane place to live. it is for the states understand this need and accept that allow the student to know the manifestations of the sacred, may make it less intolerant and more reflective in their actions in the face of everyday situations. Some municipalities already have the Holy Spirit Religious Education in the early grades, but this is still not a reality in the city of Cariacica. This is the time to aggregate them to municipal curriculum of schools to try to reduce violence, which is a national reality, preparing the students with conversations everyday to think more for themselves and their neighbors. Develop generosity, justice and principally peace between people, to have a more humane present and a fairer future for all.

Keywords: Religious Education. Society. Citizenship. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ENSINO RELIGIOSO – FUNDAMENTOS E CONCEITOS	19
1.1 DOS FUNDAMENTOS	19
1.1.1 Fundamentos históricos	19
1.1.2 Fundamentos epistemológicos	24
1.1.3 Fundamentos didáticos	27
1.2 DOS MODELOS	30
1.2.1 Modelo catequético	31
1.2.2 Modelo teológico	34
1.2.3 Modelo das Ciências das Religiões	37
1.2.4 Comparativo entre os modelos	39
2 LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO RELIGIOSO	40
2.1 O ENSINO RELIGIOSO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN)	40
2.1.1 Professor de Ensino Religioso: formação profissional e perfil pedagógico	45
2.2 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO (PCNER)	49
2.2.1 Parâmetro Curricular Nacional/Tema Transversal e a perspectiva de ensino para a formação sociocultural do indivíduo	53
2.3 O ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	55
2.3.1 O Ensino Religioso no município de Cariacica	58
3 ESCOLA E ENSINO RELIGIOSO: FORMAÇÃO SOCIAL, VALORIZAÇÃO DA VIDA	63
3.1 PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE	63
3.1.1 O olhar do professor de Ensino Religioso nas séries iniciais para o município de Cariacica	68
3.1.2 O fenômeno religioso para auxiliar na formação da cidadania do aluno nas séries iniciais	76
3.2 DIVERSIDADES SOCIOCULTURAIS DO ALUNO: RESPEITO ÀS DIFERENÇAS	83
3.2.1 Diálogo compartilhado em sala de aula para a construção de conceitos	86

3.2.2 O lúdico nas aulas de Ensino Religioso associadas ao cotidiano fora da escola	90
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

A sociedade está vivendo uma época de produtividade financeira, tecnológica e científica, na qual o indivíduo tem perspectiva de crescimento profissional para satisfazer seu lado pessoal. As pessoas vivem uma competição sem fim e buscam por ambições que as façam se sobrepôr aos outros, fazendo com que a desvalorização da vida aumente consideravelmente. Esse mundo globalizado tem atingido fortemente a família. Esta, que tem como prioridade educar os filhos segundo as tradições de sua comunidade, associado aos valores necessários a uma convivência igualitária entre as pessoas que se respeitam independente das diferenças. Entretanto, muitos não se sentem responsáveis pela formação integral de seus filhos, deixando-os sem referência. Cada um elabora sua personalidade por si só. Muitos pais parecem não perceber necessidade de dialogar, brincar ou passear com suas famílias, o tempo todo está ocupado demais para sentar-se à mesa, trocar informações sobre a rotina do dia, dar um beijo, um abraço. Parece simples, mas são atitudes que transformam a vida das pessoas e, principalmente, de uma criança. Os pais não têm tempo de dar carinho e atenção a seus filhos e delegam aos professores a educação que eles deveriam dar em casa, ocasionando, muitas vezes, a falta de afetividade. Deve-se entender que a criança tem necessidade de amor, de atenção e de exemplos de vida, de conduta e carinho por parte dos pais, de forma que estes, junto das escolas, possam formar um adulto cumpridor dos deveres e com direitos sociais iguais para todos.

Defende-se a vida quando ela é cuidada desde seus primórdios e, assim, esse mesmo processo de cuidado é formador de pessoas que se tornam defensores da vida, pois aprenderam a ser cuidadas e a cuidar da vida.¹

A família, como primeira instituição socializadora, deve ensiná-los a conviver com o outro em harmonia, mostrando que violência, injustiça e intolerância são atos repudiados tanto pela Constituição Federal, quanto pela sociedade, portanto, devem ser evitados. Essa mesma convicção de entendimento sobre os assuntos sociais também

¹ BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Educação e defesa da vida ameaçada. In: SIMÕES, Cristiano Campos. (Org.). *Ensino Religioso: desafios e perspectivas na pós-modernidade*. Campos dos Goytacazes, RJ: Grafimar, 2009, p. 17.

deve acontecer sobre o Ensino Religioso (ER), com aulas que os ajudem a refletir sobre a atualidade religiosa, as tradições e sobre temas associados ao universo religioso, que os auxiliem na reflexão das diferenças que se encontram no mundo exterior. É necessário mostrar que a convivência com outras pessoas deve ser de respeito às opiniões e ao modo de vida de cada um, afinal, vivemos em uma democracia, na qual os direitos devem ser assegurados e os deveres, cumpridos. Mas, na prática, não é assim que acontece. A todo o momento, surgem pessoas tentando subornar as leis, evitando o que é certo para fazer o errado, mesmo sabendo que sofrerão sanções com isso. A religião faz parte desse processo. O ponto principal a ser atingido é o respeito entre as pessoas, podendo expressar suas opiniões sem receio de serem reprimidas por pensarem diferente, assim sabe-se que:

[...] o significado do valor respeito é complexo, porque abrange o respeito à natureza, às leis de trânsito, ao uso dos meios de comunicação, etc., de maneira geral, o respeito tem sido esquecido pela sociedade. E isso se deve à falta de sinalizadoras, indicando as atitudes necessárias para com o próximo.²

Os meios de comunicação, por meio dos programas policiais e jornalísticos ou, até mesmo, o rádio e a internet, são uma fonte viva de cenas de injustiça, intolerância e atos de crueldade com pessoas e até com animais. As autoridades civis e militares parecem perder o controle diante dessas situações. Alguns causadores parecem não se importarem, outros se arrependem tarde demais. São ações sem reflexão, porém com consequências negativas ao próximo. As atitudes não voltam do passado para mudar o que as ocasionaram no presente. Falta diálogo para resolver conflitos sociais. A partir desse contexto, que iniciei meu projeto de pesquisa dissertativo, percebi, no cotidiano da sala de aula, que a criança reflete na instituição seu modo de viver em casa, além dos muros da escola. Entendo que se for trabalhada na infância a formação para a cidadania, com respeito, diálogo e questionamentos sobre as possíveis ações no mundo, nossos jovens irão repensar atitudes antes de agir. Uma pesquisa divulgada recentemente,

² GAGG, Eliana Aparecida Lopes. Ensino religioso resgatando valores. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 4., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007, p. 154.

realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ neste ano de 2015, mostrou que o professor perde 20% das aulas enquanto tenta conseguir que a turma se acalme e se concentre nas tarefas. Além disso, 60% dos professores entrevistados disse que mais de 10% dos alunos da classe são alunos-problema⁴. Infelizmente, é inegável perceber que a educação brasileira precisa ser olhada pelo Estado com mais dedicação e valorização para que essa realidade se modifique. Uma vez que se perde um tempo precioso que poderia ser utilizado para a socialização entre eles, para aprenderem a respeitar-se mutuamente através da convivência diária.

O ER vem a favorecer na formação de alunos de séries iniciais por meio de exemplos do cotidiano, como generosidade, educação, solidariedade, cooperação, paciência e respeito com textos de reflexão e diálogo, associados aos fenômenos e tradições religiosas e culturais de cada comunidade.

Essa integração começaria nas aulas de ER, com uma metodologia voltada às Ciências das Religiões (CR), objetivando os fenômenos e as tradições religiosas na rede pública de ensino de Cariacica para as séries iniciais, haja vista que o ER acontece somente nas séries finais das escolas municipais, o que não está ilegal, entretanto, o art. 210 da Constituição Federal do Brasil defende que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”, ou seja, do primeiro ao nono ano, visando à educação plena do cidadão como ser social, por meio do conhecimento do universo religioso que está presente no cotidiano do indivíduo, além de estar entrelaçado à história da humanidade, como citado ainda pela Constituição Federal de 1988, que completa:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

³ Alunos considerados problemas são aqueles que têm um histórico de vida conturbado, vivem em uma realidade social sem estrutura familiar, sem referência de vida, com envolvimento em situações de violência e má conduta diante das situações cotidianas.

⁴ GUILHERME, Paulo. *Professor no Brasil perde 20% da aula com bagunça na classe, diz estudo*. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-no-brasil-perde-20-da-aula-com-bagunca-na-classe-diz-estudo.html>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

As séries iniciais são a base do indivíduo, pois ele ainda está em formação de caráter e personalidade. É a partir desse crescimento que o aluno percebe-se em um grupo social. No entanto, essas descobertas precisam ser trabalhadas e direcionadas por um adulto, articulando ações e mostrando as diversidades que compõem a sociedade, a conscientização do valor intrínseco da pessoa humana e da natureza, apesar de suas diferenças, por meio da inserção de aulas práticas que demonstrem tais valores através de teatro, músicas, textos informativos de jornais e revista, diálogo constante e produção de texto expositivo. Unir conteúdos básicos para a formação da cidadania do aluno aos conteúdos pertencentes à grade curricular das outras disciplinas. Mas o que vem a ser conteúdo básico? Gersos e Scharpper⁵ explicam:

Primeiramente básico é o resgate de valores, das emoções, dos relacionamentos inter e intrapessoais, a aprendizagem dos limites e com eles dos direitos e deveres, dos privilégios e das responsabilidades, a aprendizagem dos papéis na sociedade em que estão inseridos, e tantos outros conteúdos “básicos” são imprescindíveis para o desenvolvimento do cidadão. É extrair o seu melhor e trabalhar com o que precisa ser melhorado. Numa República, como essa em que vivemos, basta viver de acordo com as leis para ser um bom cidadão. Que leis são essas que regem a formação básica do cidadão? Não seriam as leis da convivência, dos direitos e deveres, dos valores éticos, morais, sociais e cristãos? Os valores são os alicerces da humanidade, a essência da preservação da espécie e o “alimento” que integra e faz prosperar os grupos sociais.

Cada ser humano possui sua própria individualidade e quando ele convive em meio a outras pessoas, com hábitos diferentes, surgem as divergências e os conflitos. Portanto, para que a convivência seja harmoniosa, é necessária a criação de regras de comportamento e respeito, que, dia após dia, o professor conversando sobre a importância do cumprimento dessas regras, vai fixando e, sem perceber, moldando novos cidadãos democráticos, críticos e que respeitam o direito de igualdade e liberdade de expressão do outro. Desse modo, educação básica prevista na lei se faz necessária no cotidiano escolar dos alunos.

As pessoas que seguem uma religião pensam em um lugar espiritual que passa de pai pra filho e compartilham as mesmas opiniões sobre a vida e a morte. Porém, seja qual for a religião, o ser humano sente-se dependente de crer em algo sobrenatural, com

⁵ GERSOS, Elisabeth Zissis; SCHARPPER, Valério. A aprendizagem de valores nas aulas de Ensino Religioso. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 127.

reverência e lealdade. Assim, vê-se que a religião é uma produção humana, na qual as pessoas criam mecanismos para se defenderem das dificuldades que surgem no cotidiano, pois, quando se fala em religião, pensa-se em paz, conforto, sossego, algo que traz tranquilidade interior, para um bom convívio em comunidade.

Quando discute o trabalhar com ER na escola, trata-se de um estudo voltado para temas que buscam exatamente estas compreensões: o respeito e o valor da vida, pois, independente do transcendente que será seguido pelo seu grupo religioso, todas as religiões se agregam nas virtudes e nos princípios ensinados por ele.

Analisar a possibilidade de aulas de ER como elemento central para discutir limites, tolerância e respeito às diferenças e compreensão da cultura que cada indivíduo possui, tornando-o integrante de uma sociedade justa, solidária e democrática. Agregar visão de mundo com diálogo e esclarecimentos de problemas sociais ao cotidiano dos discentes que estarão refletindo sobre suas atitudes e comportamentos que serão definidos por eles como certo e errado para sua vida, sem proselitismo, mas com liberdade de escolha e de expressão, sobre os acontecimentos a sua volta.

A religião possui suas próprias regras e seus integrantes visam segui-las ou serão excluídos daquele grupo, pois o que todos reunidos ali esperam é que os conceitos ensinados, praticados e seguidos dentro da instituição religiosa, também sejam praticados fora, no cotidiano de cada um. Entretanto, isso não significa que os outros grupos não devam ser respeitados, afinal, vivemos em uma democracia, num país laico. Em sociedade não é diferente, algumas pessoas querem se desviar da moralidade humana, que é pregada dentro dos grupos sociais, logo, essas serão separadas dos demais, já que não seguem as regras impostas a todos socialmente. Nessa visão, cuidar de pessoas desde pequenas, mostrando a maneira agradável de viver para todos, pode ser a diferença necessária na vida dessas pessoas, afinal, não tem como definir o caráter de alguém quando adulto. Então, o melhor é prepará-lo desde a infância no processo educativo das escolas, para serem adultos mais reflexivos em suas ações.

Valendo-se então da organização de cada religião, o ER irá promover uma educação baseada na tolerância e na paz como valores fundamentais da convivência entre os seres, em sociedade. Essas aulas podem partir de projetos pedagógicos, entrelaçando-se com as demais disciplinas do núcleo comum, cada uma com a sua

parcela de responsabilidade de preparar para a vida. Seria uma ação educativa com intenção clara, quando inclui o conhecimento da religião que cada aluno possui e favorecendo a troca de experiências vividas em seus grupos sociais e dialogadas em sala de aula, promovendo o encontro entre o pluralismo e as diversidades.

No currículo da escola básica deve haver espaços para os estudos e a discussão de diferentes religiões, propiciando aos alunos o conhecimento da história e da doutrina das diferentes religiões, tradições e movimentos religiosos. Nesses espaços, os alunos poderão compreender melhor não apenas os significados dos ensinamentos, dos princípios, dos valores, dos rituais de sua própria religião, como também da religião dos seus colegas, vizinhos e mesmo de outros povos que vivem em regiões bem mais distantes. Dessa forma, torna-se possível combater a intolerância religiosa e criar um clima de respeito às diferenças religiosas, conforme defendido por Santos (2001).

No Capítulo 1, falaremos da história do ER no Brasil e como surgiu a ideia de implantar essas aulas na grade curricular das instituições desde o início da colonização, comparando os modelos catequético, teológico e das CR e os fundamentos para o desenvolvimento dessas aulas. Metodologias, didáticas e sugestões para enriquecer o olhar pedagógico, tanto do professor, quanto do aluno. O modelo de ensino defendido neste trabalho e que mais se aproxima das propostas dos PCNER, elaborados pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), seria o modelo científico que analisa todas as religiões dentro de um contexto histórico, fornecendo conhecimento plural e diversificado das diferentes manifestações religiosas do nosso país. Aprender sobre religião é aprender sobre cultura, uma vez que vários Estados possuem festas religiosas e regionais, e a escola tem o dever de conversar com os seus alunos sobre essa diversidade, sem promover proselitismo, mas com o intuito de mostrar o diferente.

No Capítulo 2, serão discutidas as leis que rodeiam o ER nas escolas públicas brasileiras e quais são os deveres do Estado e das instituições no ato de educar. As normas para essas aulas passaram por várias mudanças na Legislação, até chegarem no art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que define um ensino facultativo, laico, sem ser proselitista, promovendo a formação da cidadania do aluno, através do universo religioso. É esse o momento de aprender com diálogo, com troca de informações e vivências que geram reflexão, para diminuir o preconceito entre

as pessoas e aumentar o respeito entre elas. O aluno deve aprender a ouvir o outro, para poder entender e compreender sua opinião sem repudiá-lo, porém, respeitando. Faz-se necessário refletir sobre como são aplicadas as aulas de ER no Espírito Santo e no Município de Cariacica para séries iniciais, com um olhar mais próximo imposto pela legislação e supervisionado pelo Conselho de Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo (CONERES). É dever das escolas formar cidadãos para conviverem em harmonia com o outro, para isso, é importante abrir espaço para discutir sobre os Temas Transversais, já que sua implementação tem o objetivo de ensinar o aluno com projetos que não gerem constrangimento para o indivíduo. Tratar da transversalidade existente na sociedade sem se esquivar do universo escolar. Falar do professor é fundamental, ele é peça mediadora em sala de aula, além do profissionalismo necessário para não fazer doutrinação, mas agir com neutralidade durante as discussões.

No Capítulo 3, venho mostrar uma proposta de aulas diversificadas e direcionadas, com objetivos centrados em um ER mais prazeroso e envolvido no cotidiano do aluno. O conhecimento trago pelo educando deve ser aproveitado para agregar conhecimentos ao grupo. Aulas com dinâmicas despertam a curiosidade dos alunos, por isso a importância de partir com conteúdos sugeridos por eles, para que essas aulas sejam planejadas pelo professor e tenham sentido para a turma quando forem discutidas no grupo. Venho tentar desenvolver métodos que excitem o desejo de aprender sem ser obrigação para o estudante. Um ER dialogado entre o grupo, para conhecer a verdade do outro sobre o tema sugerido para discussão, com respeito a opiniões diversas, entendendo que cada um tem a sua própria verdade e essa deve ser respeitada, sem causar imposição, mas interesse em aprender. Assim, o conteúdo será mostrado e questionado, porém, com uma metodologia diferenciada.

Com o lúdico para segurar a atenção, o diálogo constante e um professor comprometido com o todo e capacitado e conhecedor de suas obrigações para transferir e agregar esses conteúdos, sendo mediador de conhecimentos e novas descobertas para preparar o aluno a viver um futuro mais igualitário para todos para que essa nação seja melhor, mais tolerante e uma visão pluralista e generosa sobre o diferente. Para crescer saudável, o aluno precisa ser guiado pelos valores sociais, para formar sua personalidade e seu caráter em prol da sociedade menos dolorosa e sofridora pelos

males das novas gerações. Assim, se o ER for bem atrelado entre si, no futuro a violência tende a diminuir e todos poderão viver mais civilizados, sem tanto ódio e desigualdade. O que não devemos é ficar acomodados sem buscar maneiras de resolver tantos conflitos que se instalaram em nosso meio.

1 ENSINO RELIGIOSO – FUNDAMENTOS E CONCEITOS

1.1 DOS FUNDAMENTOS

1.1.1 Fundamentos históricos

O ER existe desde a época da colonização do Brasil, quando os jesuítas quiseram catequizar os índios convertendo-os ao catolicismo, desde a sua implementação nas escolas da época, em 1500. Essa primeira fase durou 300 anos, na qual o principal interesse era integrar escola, Estado e igreja, com valores da sociedade portuguesa, porém a educação estava sobre o motivo religioso, em que prevalecia a evangelização dos índios e negros.

A burguesia⁶ (1800-1964) toma o lugar da hierarquia religiosa e a educação mantém-se vinculada ao projeto da sociedade. A igreja Católica continuou atuando junto às aulas de Ensino Religioso. O Catolicismo era a religião oficial. Então, por mais de duzentos anos, a religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, e o que se faz na escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana.⁷

O acordo entre igreja e Estado era muito forte. O que os colonizadores queriam era dominar as pessoas para que fossem submetidas à vontade dos portugueses.

Quando a sociedade chega ao Regime Republicano (1890-1930), o ensino da Religião passa pelos mais controvertidos questionamentos, a partir de um movimento que pedia a separação entre Igreja e Estado. Nesse ponto, Constituição da República é redigida com a seguinte frase: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos de ensino oficiais” (PCNER, 2009, p. 25).

Isso significava que o ER só seria apresentado em instituições religiosas e estaria

⁶ É uma classe social que cresceu no final do século XVIII. Está relacionada à propriedade de capitais, cultura e sua visão materialista do mundo, ou seja, meios de produção da riqueza.

⁷ FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009, p. 23.

desvinculado do governo de Estado.

Entretanto, mesmo perante a proclamada laicidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, o Ensino da Religião esteve presente pelo zelo de fidelidade dos principais estabelecimentos sob a orientação da Igreja Católica. Porém, houve reuniões na Assembleia Constituinte, onde os parlamentares pensavam nesse novo regime de liberdade religiosa. A educação nova fortaleceu essa ideia de liberdade de expressão religiosa.

O Estado laico, então, entra em discussão, causando polêmica, pois haveria a possibilidade de excluir o ER da Constituição de 1891.

Surge, então, a reforma Francisco Campos⁸, que pensava no ER em caráter facultativo, sendo fortalecido por meio do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, e, na Constituição de 1934, ele passa a ser resguardado no art. 153, que diz:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios de confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Nas leis do Brasil, o Ensino Religioso escolar passou por algumas alterações⁹:

1824: Constituição do Imperador

Art. 5º. “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, de forma alguma, exterior de templo”.

1891 - 1ª Constituição do Brasil República

Art. 72. § 3º. “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto [...]”.

§ 6º. “Será leigo o Ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o

⁸ Francisco Luís da Silva Campos. Foi advogado, professor, jurista e político brasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição Brasileira de 1937 e dos códigos penal e civil brasileiros.

⁹ COSTA, Antonio Max Ferreira da. *Um breve histórico do ensino religioso na educação brasileira*. [s.d]. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015, p. 3.

Governo [...]”.

1934 - Constituição de 1934

Art. 153. “O Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

1937 - Constituição de 1937

Art. 133. “O Ensino Religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”.

1946 - Constituição dos Estados Unidos do Brasil

Art. 168. § 5º. “O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal ou responsável”.

1967 - Constituição de 1967

IV – “O Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio...”.

1969 - Emenda Constitucional nº 1

V – “O Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas de grau primário e médio...”.

1988 - Constituição de 1988

Art. 210. § 1º. “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Com a LDBEN – Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 9.375/97, o ER enfoca

seu estudo na compreensão do fenômeno religioso que se constata a partir do convívio social do educando.

Foram 400 anos de domínio da igreja Católica nas escolas, com o ensino proselitista de catequização dos alunos, em seguida a evangelização, até que se começava a pensar na elaboração de uma lei direcionada ao ER escolar, que fosse universal para todo o Brasil, agindo com neutralidade, não subestimando nenhuma religião. Como se pode observar no quadro abaixo, que mostra as concepções do ER em cada LDBEN na história educacional do Brasil:¹⁰

TABELA 1 - O ENSINO RELIGIOSO NAS LEIS DE ENSINO A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE RELIGIÃO (RELIGIO)

(continua)

Concepção	RELIGERE = Re-escolher	RELIGARE = Religar	RELEGERE = Reler
Finalidade	Fazer seguidores	Tornar as pessoas mais religiosas	Reler o fenômeno Religioso
Entendimento do ER	Religião = catequese/ Doutrinação	Ética = vivência de Valores	Área de Conhecimento
Enfoque centrado em	Uma verdade	Religiosidade	Fenômeno Religioso
Caracterização	Evangelização	Pastoral	Conhecimento
Tratamento Didático	1º conteúdos 2º recursos	1º conteúdos 2º dinâmicas 3º celebração	1º caracterização do aluno 2º objetivo da série 3º encaminhamentos para a avaliação da aprendizagem 4º blocos de conteúdos

¹⁰ Fonte: COSTA, [s.d], p. 4-5.

TABELA 1 - O ENSINO RELIGIOSO NAS LEIS DE ENSINO A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE RELIGIÃO (RELIGIO)

(conclusão)

Metodologia	Trabalho com texto	Ver Julgar	Observação
Aprendizagem	Memorização	Gestos concretos em: vivência de valores; atitudes de vida	Convívio social Relação culturas e Tradições religiosas
Conhecimento veiculado	Saber em si (informação sobre religião)	Saber em relação (visão antropológica da religiosidade)	Saber de si (entendimento do fenômeno religioso que se constata a partir do convívio social)
LBDEN	4.024/61	5.692/71	9.394/96

Sendo assim, durante a polêmica elaboração da LDBEN, em que, de um lado estavam os defensores da laicidade, e, de outro, aqueles que acreditavam no ensino doutrinal da religião, o ER foi contemplado como dever do Estado para com a liberdade religiosa do cidadão que frequenta a escola. A partir desse momento até 1996, a escola deixa de ser o espaço unitário e coerente de um grupo privilegiado, como colocado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER, 2009, p. 28):

O Estado não é mais soberano, pois a sociedade começa a perceber que também pode interferir nas decisões, sendo capazes de assumir responsabilidades, analisando novas modalidades da ação escolar.

Finalmente, com a LDBEN nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 9.375/97, o ER engloba seu estudo à compreensão do fenômeno religioso, a partir do convívio social do discente, para compreender a busca do transcendente e o sentido da existência humana, entendendo a natureza dos valores universais para a construção da cidadania, atendendo às necessidades de conviver com as diversidades religiosas e culturais presentes na sociedade, como mostra o art. 33 da referida Lei nº 9.394/96, que deve ser seguida até os dias de hoje:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

O ER passou por grandes mudanças desde o seu início na sociedade brasileira, porém, hoje, ainda está cheio de interrogações, dúvidas e questionamentos, querendo ocupar seu lugar como disciplina regular do conjunto curricular. As polêmicas continuam e a busca por novos paradigmas de ensino também. Nesse foco está o ensino sem proselitismo, ou seja, sem impor nenhum tipo de religião, porém esse fato vem gerando discussões que vigoram por anos e anos, uma vez que alguns querem o ensino das religiões, outros, o ensino voltado para as CR e ainda aqueles que preferem a confessionalidade, criando assim um círculo de opiniões e debates sem fim.

Nesse confronto de ideias, porém, o ER deve ser visto como uma disciplina que deve ser autônoma de cada instituição, justificando uma ética fundamentada cientificamente para instruir, capacitar e socializar, auxiliando o indivíduo no processo religioso, analisando as diferenças de convívio entre pessoas, de um ser pertencente a um Estado laico. Sendo entendido como um direito ao exercício da cidadania do indivíduo, com princípios de justiça, solidariedade, generosidade entre outros, partindo de uma proposta pedagógica, com conteúdos embasados, aos componentes do fenômeno religioso, associados a elementos antropológicos, sociológicos e psicológicos, desenvolve potencialidades críticas de interpretação e comunicação com os demais alunos com questionamentos que irão propiciar a ele a compreensão da realidade a sua volta discernindo atitudes e ações na sua vida cotidiana.

1.1.2 Fundamentos epistemológicos

O ER está envolvido em um grande impasse. De um lado, o ensino da religião, que

capacita o indivíduo nas diversas religiões existentes e seu papel na sociedade, dando a ele a oportunidade de conhecer e discernir diferenças entre as religiões, dialogando sobre o fenômeno religioso, as tradições religiosas, a transcendência e o sentido da vida, presentes no âmbito religioso, preparando-o criticamente para ser indiferente diante do leque religioso existente no Brasil. De outro, a capacitação do profissional, um currículo com quais conteúdos deveriam ser trabalhadas as aulas, e mais instituições que ofereçam o ensino das CR com graduação nessa área, com preocupação de formar um ser humano capaz de ver, ler, reler e interpretar o mundo em que vive, como nos mostram os PCNER (2009, p. 70):

Pelo entendimento das práticas religiosas, significantes para os diferentes grupos, espera-se que o educando chegue ao entendimento e a valorização do direito de expressão religiosa na sala de aula e na sociedade.

Afinal, o que deve ficar evidente ao aluno é que o Estado é laico, o país é democrático, mesmo que vemos cotidianamente as pessoas sofrendo preconceitos não somente religiosos, mas moral, intelectual e físico. O importante é tentar quebrar barreiras em relação ao estudo dessa disciplina nas escolas. Ao mostrar as diferenças entre o ensinar e o aprender das aulas de ER, Passos (2007, p. 105) indaga que:

A presença do estudo das religiões na escola visa fornecer elementos que favoreçam o discernimento do fato religioso por parte dos estudantes. A presença ativa da religião na sociedade e, conseqüentemente na vida pessoal do cidadão em formação exige da escola uma palavra qualificada sobre essa questão, no sentido de oferecer informações corretas e abrangentes sobre as tradições religiosas, apresentar ângulos de visão do fato religioso, superando endogenias e proselitismos religiosos e culturais e, ao mesmo tempo, despertar nos estudantes o espírito de curiosidade sobre esse objeto.

Outra maneira de ensinar ER está em associá-lo ao ensino voltado para a formação da cidadania, em que se pretende que, através da transmissão de valores existentes na sociedade, o cidadão conheça seus direitos e execute seus deveres e obrigações para que todos tenham uma convivência harmônica indispensável para uma nação. Para os PCNER (2009, p. 33):

Básico para a construção da paz na sociedade é a humildade para reconhecer

que a verdade não é monopólio da própria fé religiosa ou política. E, no Ensino Religioso, pelo espírito de reverência, às crenças alheias (e não só pela tolerância), desencadeia-se o profundo respeito mútuo que pode conduzir a paz.

Tudo aquilo que é ensinado ao aluno desde a infância, com qualidade e responsabilidade, pensando em formar um cidadão ativo e participante crítico de seu grupo social, onde ele perceba que o diálogo é o que permite o entendimento e a união da comunidade, quando adulto, será um cidadão responsável, comprometido com o grupo ao qual estará inserido, como citado no Livro “Religião e educação para a cidadania”:

A construção de valores requer um período de longa duração, que tem seu início na infância e sua continuidade ao longo da vida. Em sua origem, a criança e, como extensão, o jovem espelham-se na atitude do adulto, que, supostamente, sabe mais.¹¹

Por meio do conhecimento científico, com o estudo crítico dessa disciplina escolar, o educando semeia em sala de aula, dúvidas decorrentes sobre o universo religioso, onde a metodologia deve estar respaldada em um ensino esclarecedor, desenvolvendo o referencial de vida deles. Através da epistemologia embasada na legislação, através de uma visão mais pluralista, o indivíduo olha para o ER com um paradigma integrador, com o conhecimento elaborado com afetividade, cognitividade e socialmente com o outro. Só depois de conhecer o fenômeno religioso como cultura universal de uma sociedade, aprende-se a aceitar e respeitar, como esclarecido por Brandenburg et al. (2005, p. 29):

Eu tenho minha identidade, mais eu posso dialogar e aceitar o diferente e mesmo aquele que não é tão estruturado. Isso significa estimular a construção de conhecimento amparada no diálogo e na alteridade.

O ER, como área de conhecimento, deve ver a religião como um sistema, uma instituição, como lugar de experiência vivida e com o princípio epistemológico de ensino-aprendizagem, não para impor crenças, mas para mostrar as raízes que se entrelaçam com o religioso e, cientificamente, descrevê-la e explicá-la.

O maior desafio das aulas encontra-se em aceitar novos conceitos sociais, sem

¹¹ FERREIRA, Amauri Carlos; MARQUES, Maria Elizabeth. Aprendizagem de valores para a cidadania: desafio à educação e às religiões. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; MORI, Geraldo de (Orgs.). *Religião e Educação para a cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 154.

mudar a sociedade já estabelecida, já que cada um possui uma personalidade única, no entanto, é possível reconhecer a interferência da religião nas decisões socioeconômicas, transformando a comunidade por meio da pluralidade de funções que são designadas a ela. O importante é o estudante compreender suas atribuições para enfrentar os desafios críticos que estão a sua volta. Nesse contexto, a sala de aula é o lugar onde acontecem as descobertas e onde as diversas linguagens identificam a existência da humanidade, e isso auxilia o outro a se ver como parte da sociedade, observando o que ele próprio provoca para a sua vida, refletindo sobre suas ações. Sobre escola, Figueira e Junqueira (2012) afirmam ser o lugar onde o educando sistematiza o conhecimento científico e busca a capacitação como cidadão, no trabalho, na cultura e na religião, entre outras áreas, e vivencia valores de orientação para a vida.

1.1.3 Fundamentos didáticos

Uma das responsabilidades das instituições escolares é preparar e ministrar as aulas de ER como estão na legislação, integrando, em sua totalidade, os vários níveis de conhecimento como o cognitivo, o racional, o religioso, o afetivo e o sensorial, permitindo ao aluno conhecer as diversas manifestações religiosas, uma vez que o conhecimento religioso faz parte da história da humanidade e, como patrimônio cultural, deve estar no currículo. Dessa maneira, o espaço socializador de aprendizagem também ampara a formação integral do ser humano. Barbosa e Souza¹² explicam:

O Ensino Religioso torna-se, assim, importante na formação integral da pessoa humana, no seu processo pedagógico transconfessional, e vem contribuir, alicerçado na lei do país, para a compreensão de um mundo melhor. Logo, para o processo educacional atingir seus objetivos, necessita estar alicerçado numa abordagem dialógica através de uma metodologia ativa e transformadora.

A escola deve acompanhar a modernidade, pois a sociedade passa por mudanças

¹² BARBOSA, José Ruy Feliz; SOUSA, Wanildo Figueiredo de. O Ensino Religioso na escola e o desafio da transconfessionalidade. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013, p. 252.

constantemente, e cada momento social está incorporado à cidadania, que tem uma perspectiva importante na construção de um mundo melhor, daí a preocupação com o ensino social nas aulas de ER. A cidadania está pautada na vida em sociedade, na harmonia e na tranquilidade do grupo social, no qual existe convívio com pessoas diferentes, mas entendem que devem respeitar-se. Esse entender do certo e do errado está integrado à família, à igreja e à escola, onde se observa que a felicidade e a paz é o certo e o que causa desordem e sofrimento é o errado. Porém, esses conhecimentos precisam ser transmitidos para que sejam absorvidos pelo sujeito, sabendo, assim, discernir seus direitos e deveres enquanto cidadão. Nesse sentido, o Ensino Religioso propõe:

[...] criar situações de aprendizagem interdisciplinar, desencadear situações para a ação em situações reais que ponham os alunos em contato com o processo de resolução de problemas - estratégia privilegiada na identificação e formulação de soluções para os problemas; relevar aspectos éticos, econômicos, sociais e políticos dos problemas tratados; trazer para o ensino das ciências, valores relacionados com os contextos da ação [...] (SANTOS, 2001, p. 60).

Assim, como as demais disciplinas obrigatórias que são áreas de conhecimento definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, o ER, mesmo não sendo obrigatório, pois é uma disciplina de matrícula facultativa, está contribuindo para que o educando compreenda a sociedade em que vive, interferindo em mudanças e soluções de problemas que gerem algum desconforto social, pois, independente de qualquer coisa, a educação básica constante na LDBEN está incluída como formação do cidadão, visando que os estudos recebidos hoje possam contribuir para a função posterior de cada um.

Os valores éticos estabelecidos em sociedade estão se perdendo a cada dia, a intolerância está cada vez mais presente na vida das pessoas, então a escola, como instituição socializadora, deve pensar em capacitar trazendo para a sala de aula as realidades vividas fora da escola, para serem estudadas e discutidas com o todo, assim, à medida que o assunto abordado torna-se mais próximo às concepções que rodeiam o ER, vão sendo desenvolvidas e aceitas, tornando-se comparativa as experiências de cada pessoa. Desse modo, cada um irá traçar seu caminho social, tendo capacidade de discernir os mistérios que envolvem o fenômeno religioso. Sendo assim, é muito semelhante as aulas de CR ao ER nas escolas, pois,

Trata-se de reconhecer, sim, a religiosidade e a religião como dados antropológicos e socioculturais que devem ser abordados no conjunto das demais disciplinas escolares por razões cognitivas e pedagógicas. [...] As Ciências da Religião podem oferecer base teórica e metodológica para a abordagem da dimensão religiosa em seus diversos aspectos e manifestações, articulando-a de forma integrada com a discussão sobre a educação (PASSOS, 2007, p. 65).

Entretanto, a realidade de cada lugar define as diferenças e os métodos que devem se adequar entre si. As práticas pedagógicas se integram, com desafio de implementar os conteúdos específicos associados à dimensão religiosa e às questões de convívio humano com respeito ao diferente. No entanto, segundo Junqueira (2012), quando os pesquisadores procuram estudar o desenvolvimento do ER brasileiro, a grande fonte é a legislação e não as linhas educacionais. Porém, associada às CR para a construção do currículo, pode, sim, enriquecer a disciplina de ER, como na sua colocação que diz:

Atualmente, especialistas que se dedicam a esse componente curricular estão procurando realizar por inferência a tentativa de associar correntes pedagógicas aos diferentes modelos desenvolvidos neste país, por associação a partir dos subsídios didáticos existentes (JUNQUEIRA, 2007, p. 13).

O ensino didático-pedagógico pensa em um ER escolar preocupado em transmitir a diversidade que o indivíduo está inserido, com todas as polêmicas que rodeiam o ser humano, como o respeito mútuo e o amor ao próximo, buscando sempre a realidade atual para ser discutida e refletida. Uma pedagogia social, com desenvolvimento de competências, além de religiosas, também sociais, porque trata das relações interpessoais. Religioso, pois o educando aprende o respeito às tantas confissões religiosas, conhecendo suas características. Nesse contexto, percebe-se a interação de várias questões no âmbito educacional, como escola, professor, currículo e metodologia, que, juntos, proporcionam um pensar pedagógico no processo de ensino-aprendizagem. Porém, a diversidade regional brasileira interfere nessas concepções, já que cada Estado possui suas próprias diferenças. No entanto, cada escola deve elaborar um método de ensino que mais se apropria da sua realidade.

Um ensino como ação diversificada de aprendizagem possibilitará ao discente repensar conceitos socioculturais que estão fundamentados nos fenômenos religiosos,

provocando um pluralismo de ideias e aceitação do diferente. Afinal, o respeito à diversidade e às opiniões distintas são valores que estão inseridos na sociedade onde todos somos seres humanos, e essa humanidade é igualitária, são as pessoas que colocam obstáculos nas convivências, é isso que o aluno deve entender.

1.2 DOS MODELOS

Os grandes questionamentos que rodeiam a ministração das aulas ER nas escolas públicas, olhando pelo ponto curricular, afunilam em três esferas: modelo Catequético, modelo Teológico e o modelo das CR. A discussão dessas aulas vai desde o período colonial até a contemporaneidade. Mas é a atração por novos mistérios que rondam a espiritualidade que gera desconfiança por parte de alguns líderes institucionais, uma vez que não existe uma normatização global para a aplicação das aulas, cabendo a cada setor de ensino prepará-las como melhor lhes convém. Como citado no art. 33 da LDBEN, que coloca os sistemas de ensino responsáveis para regulamentar os procedimentos de ensino, definindo os conteúdos que serão aplicados em sala de aula e as normas para contratação de professores. Com essa lei estabelecida, porém cheia de brechas, o leque de opção, somado aos conteúdos e à escolha do profissional, torna o ER vulnerável a várias interpretações. O desenvolvimento das aulas, de acordo com cada instituição, dependerá de cada grupo envolvido fazer suas próprias interrogações, tentando solucionar o que melhor se adequar à aplicação das aulas naquela escola, pois o ER ainda carrega consigo as raízes do modelo catequético de ensino. Muitos ainda se enquadram e acreditam que esse seria o ensino ideal, como mostra a citação abaixo:

Ainda hoje, as concepções que permanecem no imaginário de muitas pessoas consideram o Ensino Religioso um elemento eclesial na escola e não um componente curricular integrante da formação básica do cidadão, conforme amparo legal (KLEIN, 2005, p. 94).

Acontece que, quando se fala em ER, os questionamentos são muitos e, as pessoas pensam logo em transmissão de conhecimentos sobre alguma religião que deve

ser seguida pelos demais. O agente transmissor é primordial em sala de aula, mas, não deixa de ser um problema, quando ele coloca o “eu” no momento do ensinar e aprender com os discentes. Nesse contexto de escola, estamos falando do professor, cujo papel é auxiliar o aluno na aquisição de conhecimentos, dúvidas e sugestões de aulas de ensino-aprendizagem, ou seja, ele é um mediador, esclarecedor de conteúdos. Talvez seja essa uma das maiores preocupações do Estado nas ministrações das aulas de ER nas escolas públicas do Brasil, pois não há uma regra de ensino e um currículo estabelecido, como as demais disciplinas.

1.2.1 Modelo catequético

Este é o modelo existente desde o início da colonização do Brasil pelos portugueses, quando os padres Jesuítas chegaram ao nosso país para catequizar os índios para que fossem adeptos ao Catolicismo. Os colonizadores viam os índios e, logo depois na escravidão, os negros, como pessoas sem doutrina, sem religiosidade, logo, incapazes de pertencer àquela sociedade, onde as leis e as culturas já eram estabelecidas como padrão, portanto, precisavam ser ensinados sobre a religião predominante, ou seja, a religião Católica. Pregavam-se os dogmas e a fé existentes nas comunidades religiosas e, assim, iam surgindo mais adeptos. Nessa perspectiva, caminhavam lado a lado a igreja e o Estado, que, mesmo no contexto político diferente, estavam ligados, pois se preocupavam com a relação social do país. Pode-se ver que a divisão entre Estado e igreja se afunila em um mesmo ideal:

Ao Estado cabe a preocupação com o bem-estar material dos cidadãos, e à igreja, o bem-estar espiritual. Estado e igreja são assim separados entre poder civil e religioso. O Estado é a sociedade civil, leiga; a igreja, a sociedade religiosa ou espiritual.¹³

Tinha o ensino voltado à cosmovisão uni religiosa, na qual a maneira de ver a religião pelo instrutor deveria ser da mesma maneira pelo instruído. Era um ensino

¹³ BARBOSA; SOUSA, 2013, p. 245.

colocado como imposição aos alunos, sem diálogo com o todo.

Mais tarde, com o surgimento do Cristianismo, a prática religiosa saiu da escola, sendo colocada na sociedade, onde as confissões religiosas eram mais explícitas. Entretanto, não era um problema, pois estava envolvida pela cultura e dentro dos princípios doutrinários cristãos, simplesmente saiu de dentro da escola para o mundo.

Junto com esse modelo de ER escolar, surgiu também a pedagogia tradicional, em que os alunos recebiam as informações de seus professores sem questionar, não havendo troca de ideias, mas, sim, uma autoridade naquela sala de aula, de forma que tudo que fosse transmitido por ela, deveria ser aceito. O professor era um profissional dominante, respeitável, e tudo que era transmitido por ele sobre os conteúdos abordados em sala de aula para os alunos era rapidamente absorvido pelos demais. Com o ER confessional, não era diferente, já que o papel do aluno era aceitar as atividades impostas sem questionar o que estava sendo aprendido.

Com o crescimento social, com a modernidade e novos grupos religiosos, a catequese se fortalece como verdade, pois era vista como ensinamento escolar voltado para a formação das ideias corretas, contra as erradas. Durante muito tempo, esse ensino foi proselitista, prevalecendo a confissão de fé dos alunos, focando práticas voltadas para a doutrina Católica e também de outras denominações. Entretanto, mesmo com surgimento de leis, que encabeçavam os princípios do ensino laico, o ER não deixou de ser proselitista, conforme citação de Passos (2007, p. 57):

No Brasil, tanto a exclusão do ER das escolas com a implantação da República e a Constituição de 1891, quanto sua inclusão nas diversas Constituições, a partir da década de 1930, fizeram com que ele ficasse ligado intimamente com a confessionalidade. O caráter facultativo preservava sua ligação com as confessionalidades, garantindo, ao mesmo tempo, o direito à formação religiosa e a laicidade dos currículos escolares como um todo.

Mesmo sendo laico, o Brasil pode ser considerado um país religioso, já que, de acordo com o censo de 2000 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 89% das pessoas brasileiras são adeptas a algum tipo de religião. Na sua maioria, católicas, vindo em seguida os evangélicos e mais outras. Essa multiplicidade religiosa, que requer o diálogo interconfessional, tem levado às aulas de ER discussões, como no artigo apresentado por Barbosa e Sousa (2013, p. 246) no IX Simpósio de

Ensino Religioso:¹⁴

A discussão deve ir além da diversidade de crenças. Busca-se para a humanidade um ensino que perpassasse a vida humana na dimensão da ética, para a qual as contribuições das religiões são de fundamental importância. Valores como amor e respeito, etc. constituem um leque de temas que somados aos valores específicos da diversidade de religiões, devem contribuir para a formação íntegra da pessoa humana.

Entretanto, o que se percebe é que ainda hoje tentam distorcer as leis, para que as aulas de ER sejam como instruções religiosas, como aconteceu no Estado do Rio de Janeiro:

A Lei n. 3.459/2000, do Deputado Carlos Dias, sancionada pelo governador Antony Garotinho, em 14 de setembro de 2000, o ER confessional foi implantado nas escolas públicas do Estado, reproduzindo o antigo modelo da obrigatoriedade curricular e matrícula facultativa (PASSOS, 2007, p. 58).

Porém, a Legislação abre brechas para que isso aconteça, já que cada lugar administra da maneira que lhes convém como melhor devem ser repassadas as aulas. Não sendo proselitista e dando liberdade ao aluno de escolha, sendo, portanto, facultativo, o currículo a ser desenvolvido nas escolas é elaborado sem obrigatoriedade de um planejamento comum aos demais Estados, como acontece com as outras disciplinas do núcleo comum, que seguem um cronograma estabelecido dos conteúdos a serem trabalhados, independente de como cada profissional irá desenvolvê-lo com seus alunos em sala de aula, esse não pode ser alterado. Ou seja, as regras não podem ser infringidas.

O modelo catequético, então, busca a hegemonia das confissões religiosas na sociedade contemporânea, tentando voltar o ensino que já acontecia no período colonial. Porém, hoje, há um grande risco de se fazer proselitismo, desenvolvendo a intolerância religiosa, afinal, vivemos em uma sociedade que passa por constantes mudanças, e o ER doutrinal que acontecia nas escolas de antigamente não era questionado, as pessoas o faziam e pronto. Hoje, com a globalização e a pouca paciência das pessoas em aceitar as

¹⁴ O IX Simpósio de Ensino Religioso foi realizado entre os dias 29 e 30 de agosto de 2013, com palestras, mesas temáticas e oficinas. Os artigos apresentados pelos Doutores transformaram-se no livro "Ensino Religioso e Docência e(m) Formação", organizado por Laude Erandi Brandenburg et al.

diversidades, o risco de sofrer agressões por delegar uma determinada religião dentro de um lugar tão heterogêneo como é uma escola é muito grande. As pessoas também estão buscando conhecimento, estudando mais e tornando-se mais instruídas sobre os assuntos referentes à sociedade.

1.2.2 Modelo teológico

A teologia está associada ao Cristianismo. Tem o conhecimento relacionado ao princípio de relevância, que compreende Deus e sua criação como teorias científicas, mas que, com a contemporaneidade, novas teorias foram surgindo com o intuito de explicar o propósito extranatural para o universo e para as compreensões tradicionais do mal causadas pelo homem, e de neutralidade, que põe em discussão as teses científicas que são limitadas ao conhecimento e podem mudar as doutrinas cristãs. Afinal, em cada época social, o ser humano tem uma visão diferenciada dos textos bíblicos, já que as tradições e a cultura estabelecida vão se moldando junto com a modernidade. São Tomás de Aquino¹⁵, um dos adeptos a Teologia, coloca Deus como uno e onipotente, onde todas as coisas acontecem segundo a sua vontade. Desse modo, o mal não faz parte da criação do universo, porém é contagiante nas pessoas. Nessa visão, então,

Educar seria, então, ajudar alguém na construção da sua identidade pessoal, enquanto responsabilidade perante o outro e pelo outro; ou seja, na vivência da solidariedade.¹⁶

A diferença entre os modelos catequético e teológico está na metodologia usada pelo professor: um quer fazer doutrinação religiosa para que sejam adeptos ao Catolicismo, e o outro pretende que, com o estudo das religiões com foco na fé, o

¹⁵ Suas obras tiveram enorme influência na teologia e na filosofia. Influente no pensamento ocidental, tinha oposição de ideias, particularmente na ética, lei natural, metafísica e teoria política. Com os ideais de Aristóteles, tentou sistematizar a filosofia aristotélica com os princípios do Cristianismo, contrariando correntes da igreja na época.

¹⁶ DUQUE, João Manuel Correia Rodrigues. Teologia e educação nas dinâmicas sociais. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 21.

indivíduo tenha uma formação espiritual, que nasce da antropologia através da indução relacionada a alguma religião, e que mostre a ele a sua importância além da vida, ou seja, fazendo evangelização, assim, “a Teologia chega ao seu objeto transcendente pela via da fé, num ato da vontade que busca conhecer o desconhecido”.¹⁷

A teologia visa aulas contextualizadas com diálogos e reflexões, pautadas na sociedade e respeitando a cosmovisão religiosa de cada um. Entretanto, ela pode vir como uma catequese disfarçada porque mesmo com uma metodologia diferente de ensino, ainda assim, aborda temas relacionados ao cristianismo para que o convívio social seja melhor. Tenta entender a visão transcendente do ser humano. Também quer que o ER esteja interdisciplinar às demais disciplinas, pois, mesmo sendo conteúdos específicos em cada matéria de sala de aula, todas podem tratar sobre temas sociais.

No surgimento da Escola Nova¹⁸, na qual a democracia adquiria mais adeptos, o modelo teológico de ministrar as aulas de ER tornava-se mais forte, pois a ideia era de que o aluno deveria ser preparado religiosamente para discernir as diferenças sociais relacionadas à sociedade secular, firmado com valores de justiça para a sua vida e sustentado por uma visão transcendente do ser humano, ou seja, ele era induzido a ver as coisas ao seu redor com um olhar sobrenatural, associando os acontecimentos ao fato de a pessoa estar ou não ligada a algo metafísico. Querendo assim que o aluno assuma a responsabilidade de ser melhor para que o mundo seja melhor, onde a sua ação no cosmo possa influenciar toda uma comunidade. Portanto, aceitar a religião imposta como verdade universal era a única solução, baseando-se nos ensinamentos do “criador” para uma sociedade de paz. Então, o modelo teológico:

Auxilia na concepção que fazemos de Deus, que modifica-se ao longo da história e das diversas civilizações, porém, nunca perdendo a característica de poder

¹⁷ Professores doutores da Universidade Metodista de Piracicaba/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O Ensino Religioso como área de conhecimento. In: SENA, Luzia (Org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 122.

¹⁸ Também chamada de Escola Progressista, foi um movimento de renovação do ensino que surgiu no século XIX. Com o crescimento industrial e a expansão humana, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento. A educação era por eles percebida como o elemento chave para promover a remodelação requerida. Inspirados nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, esses intelectuais viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação.

supremo nem saindo da esfera do sobrenatural, do místico. Ou seja, independente de como, quando, onde ou quem e com que intensidade se creia, Deus, mesmo assumindo inúmeras formas, nomes e características, será sempre o mais poderoso de todos os seres, bem como o criador primeiro de tudo e de todos.¹⁹

É um modelo que tem interesse em contextualizar o ER, baseando-se na confissão religiosa que determinada comunidade toma como verdadeira para a salvação do planeta, querendo socializar a sociedade em um diálogo pedagógico, tratando de uma religiosidade única, respaldando-se em referências teóricas e metodológicas. No entanto, cientistas e teólogos entram em conflito, pois cada um tem a sua verdade sobre o que é real e necessário à atividade humana. Vê-se então que, tanto o ensino teológico quanto o ensino catequético são parecidos: um quer transferir doutrinas e o outro se preocupa com questionamentos sociais interligados à fé, ambos estão focados nas instituições religiosas para que o indivíduo seja um adulto melhor, porém, analisando somente as igrejas que são ditas como verdadeiras para serem seguidas por todos, não o preparando para a vida, para o cotidiano de desafios, para os problemas sociais ao qual ele faz parte.

Em outras palavras, Teologia, para os PCNER está associada ao conjunto de afirmações e conhecimentos elaborados pela religião e repassados para os fiéis sobre o Transcendente, de um modo organizado e sistemático.

As pessoas articulam a inteligência da fé, razão e emoção, conhecimento e expressão sensível, teologia e espiritualidade ao ser supremo da crença estudada. Buscam entender o fundamento de todas as coisas, dando referência a Deus como criador do mundo e do universo. Acredita-se que a religião contribui de modo conciliador com a formação integral do ser humano, com o pressuposto de formar o cidadão preparado para dialogar com a sociedade assuntos provenientes da personalidade humana, na qual a instrução religiosa que separa e justifica as ações entre o bem e o mal, através do ser metafísico, tem o poder de educar o sujeito para viver responsavelmente em sociedade, aprimorando a educação religiosa numa dimensão antropológica da vivência do indivíduo em sociedade.

¹⁹ CARDOSO, Leonardo Mendes. Religião e saúde. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 103.

1.2.3 Modelo das Ciências das Religiões

Qualquer conhecimento científico deve estar respaldado por comprovação, permitindo às ciências humanas abordarem assuntos provenientes da sociedade, levando o aluno a pensar sobre a realidade que o cerca e a agir com responsabilidade nos atos cometidos no cotidiano. Com o ER estudando os fenômenos em que apresentará um contexto abrangente das diversas manifestações e tradições existentes no Brasil, tentará estabelecer diálogo tolerante e apresentável a todos, partindo da ciência, para a explicação de todas as coisas. Assim, o indivíduo poderá administrar seus conceitos sobre as religiosidades, sem demonstração de preconceitos, mas com respeito à laicidade e às opiniões do próximo, dentro de um diálogo inter-religioso.

A ciência não deu solução para todas as coisas e a comprovação científica do Transcendente não foi possível, portanto houve um desequilíbrio, um desencantamento na sociedade. Essa desunião social fez com que as questões religiosas passassem por uma estruturação, na qual foi necessária a associação das ciências humanas que abrangem as ciências sociais, históricas e antropológicas para fundamentar as CR. Uma vez que não era possível explicar o Transcendente. Entreponto, são visíveis as tradições religiosas e todas as suas formas de manifestações presentes nas sociedades, então, é algo que pode ser trabalhado nas instituições, mostrando as diversidades que rodeiam o sagrado através de suas culturas, porém, como patrimônio da humanidade. Esse modelo encontra-se em construção, então, seu perfil de ensino ainda não foi totalmente definido. Porém, ao que já foram elaborados, seus pressupostos das aulas de ER, está em possibilitar ao aluno o aprendizado sociocultural relacionado às tradições e expressões religiosas, interligados ao fenômeno religioso, conforme definido abaixo:

As Ciências das Religiões, por sua vez, emergem do movimento constituidor das ciências modernas e, portanto, como ruptura com a racionalidade metafísica e teológica. Seu olhar é externo ao confessional, aos conteúdos cridos-revelados (SENA, 2007, p.120).

Já o fenômeno religioso é entendido pelos PCNER como fundamento para compreender o ser humano como finito, que o torna capaz de construir-se na liberdade. E

esse processo acontece por meio da reflexão do conhecimento existente em cada indivíduo. E ainda o que diz Sena (2007, p. 114):

O fenômeno religioso, em toda sua extensão e complexidade, atravessa a história cultural da humanidade e reflete o aprendizado de homens e mulheres, no que se refere aos modos de entender a vida e a realidade diante da transcendência.

O modelo das CR pretende ensinar religião como formação da cidadania, sem proselitismo. É o conjunto de várias disciplinas que se associam ao olhar educacional. A História, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia, cada uma com o seu conteúdo específico, porém com abordagem no mesmo assunto: religião. Com uma metodologia focada no diálogo, com a exposição de ideias sobre o universo religioso, visando através do conhecimento conquistado no ambiente escolar, auxílio para a formação integral do indivíduo, com preocupação na atuação da cidadania, resgatando a valorização do ser humano e propondo a reflexão sobre as atuações de cada um em sociedade. O aprendizado através da socialização de conteúdos nas CR mostra que,

Mais do que nunca, portanto, o avanço científico exige uma condução com sabedoria, valores morais e respeito à dignidade humana. Isso sem dúvida fornece uma ampla área de diálogo entre a ciência, à teologia e a experiência religiosa (CRUZ, 2014, p. 88).

Esse é o fundamento do convívio entre pessoas para sanar dúvidas pertinentes a qualquer assunto que faça parte da sociedade, seja ele religioso ou não, devendo ser discutido e esclarecido no ambiente escolar. Não se pode negar que a religião está ligada a acontecimentos socioculturais da humanidade e, como tal, deve ser mencionada como conteúdo escolar. Não para fazer imposição religiosa, mas para mostrar as diversidades que existem em nossa sociedade, com discussão científica sobre as manifestações dos fenômenos religiosos, com integração disciplinar e envolvimento de todos. Isso é promover cidadania. Mostrar o diferente, sem exceção, mas com objetividade ao diferente.

É um modelo que está entrelaçado com a epistemologia atual, cujo objetivo é a formação do cidadão, por meio de uma educação científica, com assuntos provenientes da sociedade, permitindo ao aluno pensar sobre a realidade que o cerca e agir com

responsabilidade nos atos cometidos no cotidiano. Estando ele consciente do meio em que vive, poderá interagir na resolução de problemas sociais, políticos e familiares, conseguindo administrar melhor as dificuldades que estiverem próximas. Educação científica pode ser entendida como:

A atividade de ensino se dá a partir de conteúdos a serem difundidos; conteúdos que podem vir do senso comum, de tradições religiosas ou do acúmulo das pesquisas científicas, no caso das ciências (PASSOS, 2007, p. 27).

Entretanto, apesar de ser um modelo de ensino transreligioso, fugindo do tradicionalismo, esbarra-se na questão da formação de profissional, visto que os cursos de nível superior ainda estão estruturando politicamente os modelos, pois a preparação do currículo, de como deveriam ser lecionadas as aulas e qual o melhor perfil desse profissional, ainda não foi totalmente definida. Enquanto isso, a preocupação com o modo pelo qual o professor irá abordar as aulas de ER nas instituições é muito grande, pois não se sabe se ele realmente irá trabalhar como intermediário, mediando os conflitos, dialogando com os educandos questões relacionadas a comunidades religiosas, escutando e facilitando a compreensão do aluno, ou se irá fazer manifestação de fé, focando determinadas religiões. O que não pode ser esquecido é que, na atualidade, cada um tem a sua opção de fé e crença, e, nas salas de aulas, o que deve existir são os questionamentos, o confronto de ideias, as informações discordantes, afinal, escola é local de convivência social com relações éticas e democráticas e, nessa perspectiva, conhecer as diversidades é o caminho para a multiplicidade religiosa e para a construção de uma sociedade democrática.

1.2.4 Comparativo entre os modelos

Tanto o modelo catequético quanto o teológico tratam o ER com associação à religiosidade do ser humano. O primeiro como doutrinação religiosa, no qual as aulas são um ensinamento dogmático do catolicismo. O segundo busca entender o ser humano pelo aspecto antropológico que o faz necessitar da religião para entender seu papel

social, superando as dificuldades e se apegando aos pressupostos de fé.

A teologia quer encontrar fundamentos que superem a catequese, que ofereça à sociedade e às diversas confissões religiosas um diálogo constante. Tenta entender a visão transcendente do ser humano. Não está firmada em conteúdos confessionais, mas, sim, na ideia de entender o indivíduo e o que motiva a sua ação no cotidiano.

As CR pensam em um ensino voltado para a educação do cidadão. Uma vez que o estudo da religião deveria ser visto como um conteúdo curricular a ser trabalhado tanto no ER como nas demais disciplinas, já que todas elas se englobam na educação do discente para viver com responsabilidade em sociedade. Assim, as CR estudam não somente uma disciplina, mas várias, que associadas formam um conjunto que se cerca ao redor do aluno, de maneira a trabalhar com conteúdos relacionados ao fenômeno religioso. O estudo do ER como ciência é generalizado, em que, por meio da aquisição de conhecimentos, o aluno elabora opiniões, desenvolvendo o respeito e a aceitação ao diferente, isto é, se afasta do perfil de estudar a religião como aquela que cita o transcendente.

2 LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO RELIGIOSO

2.1 O ENSINO RELIGIOSO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN)

A Constituição Federal²⁰ passou por mudanças nas suas leis que demandavam o país até 1988, quando a ditadura militar²¹, que era o poder que administrava a nação, terminou, oferecendo aos cidadãos, entre muitos outros direitos, o de liberdade de culto e a exteriorização de crença. Hoje, a Constituição é o livro que demanda o que é certo para

²⁰ Constituição Federal: garante certos direitos aos cidadãos. Enumera normas e estabelece estruturas de um governo.

²¹ Ditadura militar: Durante o Regime Militar (1964-1985) as pessoas não podiam exercer a cidadania, não tinham direito a liberdade de expressão ou de questionamentos políticos. E até os meios de comunicação eram censurados.

o país, com direitos e deveres que envolvem a sociedade brasileira. Sobre a educação nacional, uma das constantes é:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

A LDBEN, então, é o conjunto de leis criadas após discussão, aprovação e votação, seguindo os preceitos constitucionais para que sejam administrados pelas instituições de ensino de todo país. Após os impasses durante os anos 60 e 70, com tentativas de mudanças, foi consolidada em 1996 a proposta de criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Este entrou em vigor em 2011 e prevê metas para a educação no Brasil que devem ser cumpridas até o ano de 2020, ficando a cargo de cada Estado e município elaborar seus planos de ação educacional, dentro da realidade regional. Entre as metas estabelecidas estão a superação das desigualdades educacionais e a melhoria do ensino.

A LDBEN, em relação à disciplina curricular de ER, Lei nº 9.394, de 20/12/96, modificada pela Lei nº 9.475, de 22/07/1997, prescreve que:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

O ER é parte integrante das disciplinas obrigatórias nas grades curriculares do Brasil. No entanto, diferencia-se das demais disciplinas quando cada Estado fica responsável em elaborar o plano de desenvolvimento das aulas, que são geridas pelos Conselhos Estaduais de Ensino (CEE), preenchendo, assim, as lacunas presentes na lei, adaptando a realidade e a vivência de cada lugar com a elaboração regulamentar de métodos de aplicação das aulas, buscando adequar a lei e a realidade social de cada região do país. É opcional e, de acordo com a legislação, é parte integrante da formação

básica do cidadão. No entanto, não deveria ser facultativa. Afinal, todos os indivíduos devem saber exercer a cidadania com responsabilidade, pois fazem parte do constante convívio social com outras pessoas e deveriam conhecer tudo que está a sua volta, para que possa diferenciar as comunidades religiosas de maneira pacífica e com tolerância.

Deveria ser tratada como uma disciplina intercalada com as outras, ou seja, interdisciplinar, afinal, todas favorecem ao conhecimento. Entretanto, não existe legislação para o ER, não há currículo (nacional, estadual ou municipal). O que se percebe é que o país é laico, as pessoas, não. A laicidade é muito divergente, pois alguns grupos de professores, diretores, família e órgãos governamentais são contra as aulas por conta da opção religiosa, já que algumas religiões querem reproduzir na cabeça das crianças o universo religioso e acreditam que, conhecendo o diferente ao que estão habituadas no cotidiano, estarão mudando conceitos e questionando os fenômenos apresentados a elas. Nesse ponto, a preocupação por parte dos religiosos é criar conflitos nos grupos sociais ao qual fazem parte. Entretanto, o aluno não poderia confundir-se religião com religiosidade, o Estado, sendo laico, não deveria interferir no ER científico, que pretende focar as culturas religiosas tão presentes em nossa sociedade. Daí, então, a necessidade de definir o termo ER, para partir de objetivos padronizados e científicos que darão suporte na elaboração do plano de curso dessas aulas. O termo quer dizer ensinar todas as religiões, com um currículo voltado para construção de uma ética baseada no respeito mútuo e na compreensão das diferenças. Construir espaços em sala de aula para o estudo das religiões, onde o professor e o aluno estão aprendendo e trocando conhecimentos sobre o fenômeno cultural, sem ser intrínseco a uma determinada religião. Em sala de aula, a religião deve ser um estudo pedagógico para ser analisado, criticado e dialogado, tratando-a como estudo sem envolvimento com uma ou outra religião.

Um dos problemas ao qual se esbarra o ER no Brasil é o conteúdo a ser trabalhado, já que nosso país é repleto de crenças, onde a pluralidade religiosa se instala. A multiplicidade de religião faz com que as controvérsias parem sobre essa disciplina, e as opiniões se divirjam. Entretanto, como educação laica, onde a neutralidade do Estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo devem existir, as escolas devem mostrar aos discentes as diferenças que englobam o fenômeno religioso,

com suas culturas étnicas, dando a eles a oportunidade de exercerem seus papéis de cidadãos pertencentes ao Estado democrático, sem fazer proselitismo. Uma vez que todo tipo de manifestação religiosa é permitido, desde que não cause danos à ordem pública. Afinal, é o que diz o art. 5º da Constituição Federal de 1988: “Todos são iguais perante a lei. Direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade”.

Outro problema está na contratação de professores capacitados para trabalharem em sala de aula com essa disciplina. Os cursos de aperfeiçoamento voltados para essa formação ainda não foram totalmente legalizados. Porém, aos poucos, vão surgindo novas faculdades com licenciaturas²² em CR, que tem a perspectiva de capacitar novos profissionais interessados em atuar com a informação voltada ao estudo das manifestações religiosas. Alguns Estados brasileiros, como Rio Grande do Sul e Paraná, já oferecem cursos de formação nessa área. Além da qualificação necessária, existem questionamentos sobre o valor da remuneração a ser paga a esses profissionais. É um amplo leque de perguntas, respostas e sugestões sociais que rodeiam o ES escolar, pois a Constituição Federal de 1988 dá ao cidadão o direito de intervir sobre sua elaboração, uma vez que no art. 205 consta que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vivendo em sociedade, todos têm direito ao conhecimento, e o ensino das religiões pautado nos ritos, fenômenos e tradições também deve ser transferido ao aluno, afinal, todas as religiões nascem de uma determinada cultura. Estudar com conteúdos que trabalhem com os alunos a vivência social, ética e cidadã, englobando a história das religiões, as doutrinas, os cultos e o modo de crer no Transcendente, ou seja, suas religiosidades metafísicas. Já que a lei, não sendo determinante para o método curricular a ser trabalhado nas instituições, permite que o PNE, o CEE, o CONERES e outros órgãos competentes elaborem seus Planos Político-Pedagógicos (PPPs) da maneira que melhor adéqua-se às necessidades da sua comunidade, respeitando os limites legislativos e constitucionais brasileiros, sabendo que:

²² Licenciaturas: formação de docentes para a educação básica.

Eles atuam de forma colegiada, normativa e consultiva, e tem como atribuições interpretar, normatizar e assessorar a legislação educacional com vistas ao efetivo cumprimento dessa Lei nos sistemas de ensino (JUNQUEIRA; CORRÊA; HOLANDA, 2007, p. 111).

Uma terceira preocupação está na questão do ER ser facultativo. Já que ser facultativo dá direito ao discente escolher, querer ou não, assistir às aulas, salvaguardo, assim, a não ofender o princípio de laicidade. Cury (2007, p. 20) explica:

Ora, para que o caráter facultativo seja efetivo e a possibilidade de escolha se exerça como tal, é necessário que, dentro de um espaço regrado como é o das instituições escolares, haja a oportunidade de opção entre o ensino religioso e uma outra atividade pedagógica igualmente significativa para tantos quantos que não fizerem a escolha pelo primeiro. Não se configura como opção a inatividade, a dispensa ou as situações de apartamento em locais que gerem constrangimento. Ora, essa(s) atividade(s) pedagógica(s) alternativa(s), constante(s) do projeto pedagógico do estabelecimento escolar, igualmente ao ensino religioso, deverão merecer, da parte da escola para os pais ou alunos, a devida comunicação, a fim de que estes possam manifestar sua vontade perante uma das alternativas. Este exercício de escolha, então, será um momento importante para a família e os alunos exercerem conscientemente a dimensão da liberdade como elemento constituinte da cidadania.

Analisando as três preocupações apresentadas anteriormente: conteúdos trabalhados em sala de aula, formação de profissional capacitado e o fator facultativo das aulas, percebe-se que ainda tem muito que se fazer para a inclusão das aulas de ER nas escolas. Sabe-se que a educação brasileira não é tratada com prioridade em nosso país, sendo assim, outros problemas necessários e urgentes que antecedem a aplicação de qualquer disciplina nas instituições, como estrutura física das unidades de ensino, remuneração e capacitação adequada aos professores, material didático, respeito entre pais, alunos e instituição no cotidiano escolar, já que a violência tem sido cada vez mais comum dentro das escolas, motivação, segurança, enfim, inúmeras precariedades que têm afetado a educação nacional, mesmo esta, estando respaldada pelo art. 3º da Constituição Federal de 1988, como base para a cidadania:

Constituem objetivos gerais da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer forma de discriminação.

Cidadania esta que está em *déficit* nos hospitais públicos, na pavimentação das ruas, na violência urbana, no avanço de sinal, entre tantos outros fatores que são obrigações de vigilância do poder público. Enquanto isso, vale continuar lutando por uma educação de qualidade e, espera-se que o Estado, ao qual tem a competência de sondar e fazer a lei virar realidade, entenda que não há cidadão sem escola, sem convívio social, sem conhecimento do certo e do errado, sem a vivência com o diferente. Todos os problemas que giram em torno da aplicabilidade das aulas de ER nas escolas tendem a diminuir quando for percebível aos olhos dos governantes brasileiros que as pessoas estão carentes de atitudes que realmente façam a diferença, para que a harmonia, o respeito e a justiça prevaleçam.

2.1.1 Professor de Ensino Religioso: formação profissional e perfil pedagógico

Uma das divergências que rodeiam o ER está relacionada à prática pedagógica do professor em sala de aula. No ambiente educacional:

[...] o professor deve saber interagir com o aluno, respeitar as diferenças individuais, saber que somente o aluno é o autor da própria aprendizagem e incentivar a pesquisa e a criatividade.²³

É necessário confiar no profissionalismo do indivíduo, para que este atue como mediador e semeador de questões, gerando diálogo com os alunos, sem causar proselitismo. Esse dilema é preocupante para Estados civis e entidades envolvidas como o CONER e o FONAPER, com a positividade das aulas de ER. Afinal, não é possível supervisionar se os conteúdos trabalhados em sala de aula estão servindo para a reflexão do discente. Desse modo, cursos de capacitação nessa área precisam ser minuciosamente elaborados e esclarecidos para o profissional, mostrando seu lugar na instituição com neutralidade, destacando que sua formação não constitui em formação religiosa e sua crença não pode interferir em suas aulas. É preciso atuar como

²³ LIBÂNEO, José Carlos, apud BRANDENBURG, Laude Erandi. *Práxis do Ensino Religioso na escola*. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 4., São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: EST/Sinodal, 2007, p. 22.

provocador de opiniões e questionamentos que irão desenvolver o respeito e a tolerância pelas diversidades que surgirão no cotidiano. O senso de justiça deve prevalecer com argumentos e aquisição de novos conceitos, trabalhando com os fenômenos religiosos e mostrando o lado científico, com crenças, costumes, culturas, com objetivo de que o aluno entenda e se coloque com respeito às diferenças e compreenda como cada um se coloca na sociedade. Nessa visão,

Diferentes de transmissores ou juízes esperam-se desses educadores que tenham formação apropriada para mobilizar, articular e, quando preciso, buscar vocabulário e conceitos relativos às religiões que os subsidiem na investigação, conhecimento e análise do campo religioso brasileiro.²⁴

Na sala de aula, entre os alunos, o professor deve proporcionar a troca de ideias, que um entenda o universo religioso do outro, dando suporte pedagógico para que as dúvidas sejam solucionadas. A realidade se transforma constantemente, criando novas exigências para a formação, sendo assim, é fundamental o estudo permanente. A busca por conhecimento deve fazer parte diariamente do currículo profissional, o que o torna capaz de trabalhar com múltiplos olhares com segurança para articular novos saberes. Os cursos de licenciatura em CR no Brasil ainda são poucos, os Estados ainda estão preparando as faculdades com cursos em CR. Além de especializações que promovem o conhecimento e a reciclagem profissional. No cenário brasileiro:

O que se percebe é que as propostas de licenciatura das Ciências das Religiões tem por objetivo geral capacitar o profissional a exercer a docência na disciplina atualmente denominada ER na rede pública e privada, tratando o fenômeno religioso como característica cultural dos povos e patrimônio da humanidade, passível de ser estudado e pesquisado (JUNQUEIRA, 2007, p. 85).

A questão é que não há uma normatização para a atuação nessa disciplina. Não há referência de ensino, currículo, metodologia, já que cada unidade escolar é responsável pelo seu próprio plano de curso. O professor nunca sabe como trabalhar com os alunos até que esteja na instituição. A LDBEN, Lei nº 9.475/97, define que os procedimentos para habilitação e admissão de professores de ER cabem aos sistemas

²⁴ RODRIGUES, Elisa. *Ensino religioso: área de conhecimento da educação básica*. [s.d]. Disponível em: <<http://www.academia.edu/3726804/EnsinoReligiosocomoareadeconhecimento>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

de ensino, o que torna a grade curricular muito abrangente.

O docente, mesmo com graduação e cursos de especialização, fica responsável em agir por conta própria nas atividades de ensino/aprendizagem. Ele tem que entender a importância da sua neutralidade e ter profissionalismo para não fazer proselitismo, mas, sim, mostrar as diferenças e dialogar sobre as questões religiosas com os alunos. Assim, o ER:

Deve ser ministrado por docentes que manifestem conhecimento adequado e amplo para abordar a história das religiões, suas bases antropológicas e a força espiritual das religiões, enquanto inspiradoras de práticas alternativas e conferidoras de um horizonte fundamental de sentido para as pessoas.²⁵

Entende-se que cada comunidade escolar vai agir a sua maneira, seguindo as orientações estabelecidas pelos Conselhos regionais e o CONERES. A Legislação deixa em aberto sobre essa formação profissional, não há uma regra igualitária como acontece com as demais disciplinas escolares, além de não ser obrigatória e não ter normas de aplicabilidade nas instituições. Dessa forma, a formação profissional na área é apenas mais um ponto a ser discutido:

A formação docente para o Ensino Religioso está sendo feita de forma lenta e gradual. Todo ser docente é um ser histórico, marcado pelas características de seu tempo e contexto de formação. Não é possível ser docente sem carregar as marcas da sua trajetória de vida.²⁶

Os educadores de hoje não podem ser iguais aos do passado. Conforme surgem as mudanças, os desafios, são necessários que eles também reciclem seus conhecimentos e conceitos sobre a realidade. Freire (1991, p. 23) esclarece que “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática.” Hoje, a sociedade está mais envolvida nas questões sociais, está mais globalizada, mais interagida, e a escola e seus funcionários devem estar lado a lado com as

²⁵ TEIXEIRA, Faustino. Ciências da religião e “ensino do religioso”. In: SENA, Luzia (Org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 63.

²⁶ FUCHS, Henri Luiz. A interdisciplinaridade no Ensino Religioso: uma análise circunspectiva. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 2.

transformações diárias. Novas referências e práticas educativas que valorizem um cotidiano harmonioso e com descobertas que preparem o discente para agir com ordem e decência nas problemáticas sociais, respeitando o direito do outro.

Em debate, espera-se um professor comprometido com o ensino das religiões, que valorize o aprendizado e a formação sociocultural crítica do seu aluno, por meio da apresentação dos fenômenos e tradições, sendo esse neutro sobre a sua religiosidade. O importante é mostrar as diversidades para desenvolver o respeito com diálogo, rompendo barreiras para novos conhecimentos. O ER com um profissional organizado, com preocupação na aprendizagem do aluno, num contexto humanizado, para o desenvolvimento de valores, crenças e princípios que mostrem a si mesmo para depois entender o outro e respeitá-lo. Sendo assim,

O educador deve ser um mediador entre o saber e o educando. Ser um mediador é ajudar o aprendiz a construir seu conhecimento, prestando-lhe as informações adequadas e necessárias à formação integral. As explicações não devem se referir apenas ao conteúdo programático, organizado pelo professor, de acordo com um currículo, mas devem, sobretudo, estar voltadas para as atividades que o aluno realiza por iniciativa própria, como atividade específica de aprendizagem. É dessa maneira que o processo de ensino, através da mediação do educador, interfere no processo de ensino-aprendizagem levado adiante pelo aluno (BRANDENBURG et al., 2009, p. 71).

O professor é referência para os alunos, é como um espelho, um reflexo que transmite aos alunos conhecimento, esclarecimento. O entusiasmo e a alegria demonstra prazer no aprender o desconhecido. Hubner (2013) escreve que o professor é o agente transformador de situações a partir da visão de ser no mundo que está contida em cada pessoa. Ele é o alvo, todos esperam dele os conteúdos e a construção de novos saberes através das relações no coletivo. Assim, na sala de aula,

O professor é visto pelos alunos como uma forma de orientação, vindo ao encontro das necessidades deles, respondendo ao seu objeto de desejo, satisfazendo-os e realizando-os enquanto estudantes em busca de conhecimento.²⁷

Ao trabalhar com ER, o professor precisa associar a modernidade dos dias de

²⁷ HUBNER, Jussara Marques. Educação e contemporaneidade: desafios permanentes e esperanças inerentes à formação integral. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e docência e(m) formação*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 259.

hoje, que vem seguido do desenvolvimento tecnológico, da comunicação virtual e das relações internacionais, com um ensino participativo, não se esquecendo das tradições religiosas e culturais que acompanham os alunos desde o nascimento, o conhecimento que vem de casa e que também precisa ser aproveitado na sala de aula, partindo daí com novas descobertas, uma vez que a multiplicidade religiosa tem aumentado com o passar dos anos, e essa diversidade precisa ser esclarecida com os docentes, ajudando-os a formar suas próprias opiniões sobre o assunto abordado.

2.2 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO

O ER, desde o momento em que passou a fazer parte dos discursos de inclusão das aulas nas instituições escolares, sem ser doutrinação religiosa, ou o ensino de uma determinada religião, tem sido constantemente questionado sobre a real importância do método de ensino e o currículo a ser trabalhado. Entretanto, não havia unidade das ações e das sugestões de como deveriam seguir essas aulas, sendo assim, alguns grupos de educadores e instituições religiosas passaram a repensar essa disciplina nas escolas públicas. Foi proposto, então, de preparar o ER pedagógico com o foco de ensino no fenômeno religioso, sendo abordada em estudo a relação entre o homem, a fé e o conhecimento que fazem o ser viver em paz consigo mesmo e com o próximo, e, assim, podendo estar definido igualmente como as demais disciplinas do componente curricular, já que o alvo de aprendizagem é o indivíduo e todas as coisas a qual ele está inserido, ajudando-o na sua formação social. Para isso, foi proposta a criação de um fórum formado por pessoas distintas de várias instituições religiosas, educadores e pessoas preocupadas em sustentar a legislação prevista para o ER para que esses encaminhamentos fossem feitos. Assim, surge o FONAPER, que, desde a sua criação em 1995, tem apresentado propostas à sociedade educacional brasileira, visando mostrar que:

O ER não deve ser entendido como ensino de uma religião ou das religiões no contexto escolar, mas sim uma disciplina embasada nas Ciências da Religião e

da Educação. Enquanto componente curricular, ao considerar as diferentes vivências, percepções e elaborações que integram o substrato cultural da humanidade, constitui-se rica fonte de conhecimentos que instigam, desafiam e subsidiam as diferentes gerações, oportunizando a liberdade de expressão religiosa e viabilizando desta forma, a prática da "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural".²⁸

Por meio das sugestões dos componentes do FONAPER e de estudos constantes, criaram-se os PCNER, com o intuito de mostrar que através do ER,

O aluno conhece os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso a partir das experiências religiosas percebidas no cotidiano, buscando disponibilizar esclarecimentos sobre o direito à diferença, valorizando a diversidade cultural religiosa presente na sociedade, com o propósito de promoção dos direitos humanos (PCNER, 2009, p. 8).

Os fundamentos dos PCNER estão em conhecer e valorizar a diversidade do fenômeno religioso, enquanto patrimônio da humanidade, com aulas de reflexão, diálogo e socialização de conhecimentos, com respeito ao pensamento e à opção religiosa e cultural do aluno. Cientificamente, deve analisar as diferentes formas pelas quais a união entre homem e Transcendente acontece, e tudo mais que gira em torno do mundo religioso. Seus organizadores tiveram como estratégia mudar o sentido de religião, de "religar" a Deus para o sentido de "reler", estudar a religião no sentido de releitura epistemológica. Assim, todos os interessados teriam acesso ao conhecimento religioso, por meio da apresentação de um método de ensino voltado para a superação de preconceitos as culturas de diversos povos religiosos, ou seja,

Promover um Ensino Religioso que acentue as informações no campo sociológico-fenomenológico, Tradições & Cultura, Teologias, Textos orais e escritos sagrados, Etos e Ritos, onde o professor seja um professor e não um agente religioso e onde com o aluno sejam tratadas questões do conhecimento (JUNQUEIRA, 2007, p. 20).

Um ensino pluralista, que se liberta de uma monocultura, limitada pela secularização, mas que pode viver dentro da laicidade, com contextos educacionais, culturais e sociais do país. Esclarecer com diálogos e questionamentos, tentando

²⁸ UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2015.

entender o que leva as pessoas a diferentes ações que contrariam os direitos éticos de uma sociedade, mas que, com base nos ensinamentos diferenciados de cada religião, mostrando o diferente, o incomum, para os alunos que não convivem com as diversas manifestações religiosas, fazê-los perceber que todas buscam a fraternidade universal para encontrar a paz. Exercer a cidadania, cumprindo seus deveres sociais e respeitando o outro, de modo a valorizar as concepções de cada religião sem intolerância ou discriminação. Esse é um dos esforços do FONAPER, que se preocupa com a formação da cidadania, quando diz que,

Durante seus 15 anos de existência (1995-2010), vem realizando significativos esforços relativos a ampliação, aprofundamento e efetivação de uma concepção de ER enquanto parte integrante da formação básica do cidadão (Lei nº 9.475/97), reconhecido como uma das áreas de conhecimento que compõem a base nacional comum (BRASIL, 2010).

Com isso, percebe-se que a maior preocupação na inserção das aulas de ER nas escolas está na formação integral do aluno como cidadão, no entendimento do outro para o bom convívio em sociedade com as diferenças entre as pessoas, mostrando o respeito que deve existir entre as classes sociais onde, em um país democrático, cada um tem a sua maneira de pensar e agir, e isso é inquestionável, porém as pessoas podem estar trocando conhecimentos e adquirindo outros, de modo a entender o ponto de vista dos demais, sem ser intolerante e querer impor o que se acha certo, como colocado na citação a seguir:

As diferentes crenças, grupos e tradições religiosas, bem como a ausência delas, são aspectos da realidade que devem ser socializados e abordados como dados antropológicos e socioculturais, que podem contribuir na interpretação e na fundamentação das ações humanas. Com isso, justifica-se que o ER, como as demais áreas do conhecimento, necessita de um tratamento didático-pedagógico adequado, a fim de organizar os conteúdos e trabalhá-los na perspectiva de construção de conhecimentos. Trata-se do fazer pedagógico "em nível de análise e conhecimento na pluralidade cultural da sala de aula, salvaguardando, assim, a liberdade de expressão religiosa do educando" (FONAPER, PCNER, 1997, p. 38).

Entende-se, então, que o ER, componente do currículo, pretende trabalhar com as diferentes manifestações do sagrado no coletivo, dentro da antropologia da religião,

abordando dados históricos e culturais, associados às tradições religiosas em sala de aula.

Sensibilizar os alunos para a importância de valorizar a experiência religiosa dele e dos outros indivíduos. É isso que os PCNER propõem: que o ER seja um saber científico que vai sendo construído no ambiente escolar com o convívio cotidiano com os demais, onde os significados do fenômeno religioso vão sendo elaborados pelos alunos dentro do entendimento adquirido. Por meio do confronto de ideias e informações discordantes é feita uma reflexão sobre as diferentes maneiras de práticas religiosas, que demonstra a interação entre religião e sociedade, sendo uma transmissora de valores sociais. Entende-se então que,

A formação do cidadão é, em suma, o objetivo básico de ensino fundamental com todos os seus conteúdos e estratégias. A escola prepara as pessoas para o convívio social, habilitando-as nos diversos aspectos da sociedade: econômico, científico, político e ético. A cidadania que se visa formar inclui informações teórico-metodológicas, sensibilização artística, formação política e educação para a vida em sociedade. O ensino religioso, como já dissemos, contribui com a cidadania nesses diversos aspectos, sendo que a religião perpassa e dialoga com a ciência, a arte, a política e, em muitos aspectos, rege a relação entre as pessoas (PASSOS, 2007, p. 108-109).

Deve ficar claro que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) não são documentos oficiais, mas sua elaboração contribui na orientação dos diferentes componentes curriculares e são o resultado de inúmeras e significativas reflexões de vários profissionais preocupados com a inserção do ER nas escolas, sem ser proselitista, mas, justo e universal no ensino-aprendizagem dos conteúdos. Assim, conclui-se que:

A construção de uma proposta curricular de Ensino Religioso é, portanto, um processo que envolve a superação de uma prática educativa, com uma perspectiva confessional e homogênea, para assumir uma perspectiva intercultural e inter-religiosa, numa atitude de abertura e de respeito às diferentes culturas e tradições religiosas, sem preconceitos, sem discriminações e sem proselitismos.²⁹

²⁹ KLEIN, Remí. As linguagens no Ensino Religioso: interfaces com a literatura brasileira. In: KRONBAUER, Selenir Côrrea Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Educação e Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 54.

2.2.1 Parâmetro Curricular Nacional/Tema Transversal e a perspectiva de ensino para a formação sociocultural do indivíduo

Os temas transversais são constituídos pelos PCNs e visam expor temas relacionados ao cotidiano do aluno, expressando conceitos e valores básicos associados à democracia e à cidadania, e que prepare o aluno para o convívio social diário, discutindo em sala de aula questões que fazem parte da sociedade atual. Trazer para a escola um currículo pautado nas temáticas sociais, ouvindo as opiniões do outro sem repudiá-lo, com um ensino-aprendizagem que envolva o aprender sobre a realidade, refletindo sobre as atitudes, para poder interferir e transformar. Afinal,

Nas relações interpessoais, não só entre professor e aluno, mas também entre os próprios alunos, o grande desafio é conseguir se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças (PCNs, 1997, p. 34).

Diferencia-se dos PCNs de ER, pois não são pressupostos de ensino e metodologias que deveriam ser aplicadas em sala de aula para colocar o aluno em um mundo cidadão, que deve aprender a conviver com as diferenças. São parâmetros elaborados e consolidados junto ao Ministério da Educação (MEC), para auxiliar o trabalho dos sistemas de ensino na aquisição dos conteúdos de maneira a dar prazer ao aluno em aprender, de forma real, que condiz ao seu cotidiano. Entretanto, os PCNER foram elaborados seguindo critérios de ensino sugeridos pelos PCNs. O que acontece é a dificuldade de trabalhar temas relacionados aos fenômenos religiosos que é o proposto pelos PCNER sem fazer proselitismo, mas com respeito e diálogo. Contudo, percebe-se que os temas transversais preocupam-se com o ensino da ética:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (PCNs: temas transversais, 1997, p. 6).

E da pluralidade cultural:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro, bem como aspectos sócio-culturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer forma de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCNs: temas transversais, 1997, p. 6).

Para uma sociedade mais justa e humana. Além de conteúdos relacionados à orientação sexual, meio ambiente e trabalho/consumo. Mostrando, assim, que o estudante deve aprender sobre tudo e ir além do que está nos livros didáticos, para entender sua relação com o meio social, sem tornar-se um cidadão alienado, mas participativo, reflexivo e autônomo nas decisões sociais, além de conhecedor de seus direitos e deveres.

Com diálogo constante e troca de informações sobre assuntos que são comentados em meios de comunicação universal que causem algum tipo de transtorno ou inquietação social, o discente, como parte dessa sociedade, pode se manifestar sobre situações adversas, fazendo uma reflexão de como ele se porta dentro da sociedade diariamente, e tentando mostrar que,

As atitudes são bastante complexas, pois envolvem tanto a cognição (conhecimentos e crenças) quanto os afetos (sentimentos e preferências), derivando em condutas (ações e declarações de intenção) (PCNs, 1997, p. 33).

Os temas trabalhados devem permear todas as áreas de conhecimento, incluindo assuntos rotineiros, contextualizando-os aos conteúdos curriculares de cada disciplina, para serem discutidos pelos alunos. É necessário incluir na instituição escolar os problemas sociais que estão ao redor dela, para que o aluno de hoje, possa ser, amanhã, um adulto questionador, crítico e criativo nas decisões que envolvam seu meio social.

Os PCNs entendem que o aluno precisa construir significados e dar sentido aquilo que aprendem. Têm a perspectiva de integrar ações por meio da interdisciplinaridade e da transversalidade, junto aos conhecimentos escolares, com uma educação que se constitua junto à transformação social. Elaboração de projetos que integrem disciplinas escolares e trabalho coletivo com os docentes buscando o mesmo objetivo, ou seja, favorecer o conhecimento global, integrando os conteúdos com atitudes de busca, envolvimento, compromisso e reciprocidade diante do conhecimento,

preparando atividades didáticas que englobem a realidade local, com visão de abrir caminhos para as mudanças futuras. Um planejamento dinâmico, uma proposta educativa mais integrada ao cotidiano, tornando o ensino-aprendizagem mais enriquecedor. Afinal, o aluno está em constante aprendizagem, sendo assim, é importante que ele viva o projeto proposto pela escola, percebendo-se parte desse estudo. Assim, Piaget³⁰ dizia que, “o aluno aprende através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo”, ou seja, quanto mais interagido o indivíduo estiver com o assunto abordado, maior será o aprendizado alcançado. Eis a importância do questionamento no ato educativo, e os PCNs reforçam essa metodologia:

Todo ser humano faz perguntas. Ele interroga a si mesmo e ao mundo. Ao interrogar-se, procura saber quem ele é, para onde vai e de onde veio. Quando a pergunta recai sobre o mundo, o ser humano procura compreender o seu mistério, sua origem e finalidade. Na experiência do cotidiano existencial, a pergunta rompe com o mesmo. Provoca novas situações. Faz emergir o desconhecido.³¹

A necessidade de um ensino pluralista, que caminhe junto aos avanços tecnológicos e aos progressos científicos, voltados à criação de projetos educacionais baseado nos PCNs, com o ensino de princípios universais e trabalhos que se harmonizam com a democracia, favorece a análise dialógica das violências, das injustiças, da política, das discriminações, das diversidades, entre outras situações sociais, que têm sido constantemente noticiadas pelos meios de comunicação e que, em sua maioria, geram desconforto e sofrimento ao próximo, permitindo ao aluno repensar valores e virtudes que beneficiam a todos, tornando a sociedade com uma visão mais humana e igualitária.

2.3 O ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

³⁰ SILVA, André Luís Silva da Silva. *Teoria de aprendizagem de Piaget*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/pedagogia/teoria-de-aprendizagem-de-piaget>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

³¹ SCUSSEL, Marcos André. Professor-pesquisador no Ensino Religioso: um olhar para a religiosidade e as religiões. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 5., 2008, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008, p. 175.

As aulas de ER no Estado do Espírito Santo permitem ao professor, junto a sua equipe pedagógica, abordar temáticas significativas para a escola, adequando-a ao convívio escolar, por meio das Diretrizes Curriculares do Espírito Santo, obedecendo à nova perspectiva configurada na LDBEN nº 9.394/96, art. 33, e à nova redação na Lei nº 9.475/97, em que supera o proselitismo escolar, focando a diversidade presente nas diferentes expressões religiosas. É um ensino obrigatório para a instituição e facultativo para o aluno, em que este, no início do ano letivo, deve se posicionar sobre frequentar ou não as aulas. Para o ensino médio, não é obrigatório.

Aqui no Estado, as Diretrizes são aplicadas nas escolas estaduais, onde o ER abrange todas as séries do ensino fundamental desde o 1º até o 9º ano. Ao contrário das escolas municipais, onde somente algumas ministram essas aulas aos pequenos nas séries iniciais, o que é um grande avanço.

Para auxiliar o Estado na supervisão das práticas educativas, no ano de 2007, o então governador Paulo César Hartung Gomes sancionou o Decreto nº 1.735-R, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre o reconhecimento e credenciamento do CONERES³², como entidade Civil representativa para o ER no Espírito Santo. Desse modo, o Conselho também pode tomar decisões referentes ao ER, desde que seja necessário intervir.

Nas Diretrizes, a escola é um espaço público e laico, produtora do conhecimento desde sempre, além de fazer parte do processo civilizador da humanidade, co-estudo de conteúdos científicos em unidade com a sociedade atual. O desafio é associar as aulas de ER coletivamente com tantos desafios sociais e culturais, superando o preconceito, por meio do conhecimento, sem aceitar doutrinação, campanhas, celebrações, que provoquem algum tipo de indução a uma determinada religião. A escola também deve ter uma linguagem pedagógica e não religiosa, com reflexão e sistematização de diferentes saberes.

³² CONERES: Conselho de Ensino Religioso do Espírito Santo. O Estado não é religioso, porém, deve assegurar que a lei seja cumprida, tendo como prioridade o estabelecimento de políticas públicas para a formação de professores, a fim de que todo o educando, no seu direito de cidadão, tenha Ensino Religioso que favoreça a sua personalização e a construção da cultura de solidariedade e paz. O CONERES é uma entidade aberta para todas as religiões que desejam se envolver no processo de promoção do ensino religioso no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://coneres.org>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

Os pressupostos do ensino-aprendizagem escolar muito se parecem com as propostas feitas pelo FONAPER nos PCNER, já que a preocupação com as escolas públicas estaduais é em respeitar as diferentes expressões religiosas advindas da elaboração cultural e que compõem a sociedade brasileira, bem como possibilitar o acesso às diferentes fontes da cultura sobre o fenômeno religioso, tendo como objeto de estudo, o sagrado, proporcionando ao discente de ER sua formação integral, sendo ele:

Sujeito contínuo do processo educacional, como pressupõe a LDBEN 9394/96, art. 32 sobre os objetivos para o Ensino Fundamental, quando coloca que o aluno tem direito de acesso a universalidade da educação, a concepção de formação em seus diferentes aspectos: estéticos, éticos, cognitivos, afetivo, cultural, biológico, social e religioso, ou seja, a completude e a significância do ensino (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 4).

Entre alguns conteúdos a serem trabalhados nas instituições escolares do Espírito Santo e que são citadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, como a cultura, a concepção do conhecimento humano entre ciência e fé, as vivências religiosas que surgiram desde a colonização do Brasil e são seguidas até hoje, está:

O reconhecimento dos principais valores éticos e morais presentes nas tradições religiosas e sua importância para a defesa e a garantia da dignidade do ser humano, a promoção da justiça e da solidariedade entre as pessoas e os povos, a convivência harmoniosa com a natureza e a criação de cultura de paz (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 8).

O que significa que grande é a preocupação em todas as escolas capixabas para que o bom convívio prevaleça em qualquer lugar, independente da religião, as pessoas almejam estar em serenidade consigo mesmo e com o próximo. Afinal, a violência tem chegado cada vez mais perto da sociedade e, a cada dia, está se tornando mais comum conviver com ela, entretanto, é inaceitável que continue. Deve-se discutir o que gera a violência e como tornar o aluno, ouvinte participativo das decisões, um cidadão capaz de desenvolver a tolerância e a paciência nas mais diversas situações cotidianas.

A realidade local e regional de cada escola do Estado do Espírito Santo deve ser respeitada, pautando com um projeto político pedagógico nas sugestões apresentadas na Matriz Curricular para compor e organizar os conteúdos a serem desenvolvidos.

Nessa perspectiva, os princípios norteadores do ER são orientados pelo Decreto nº 1.735-R, de 26 de setembro de 2006, que:

Dispõe sobre o reconhecimento e credenciamento do Conselho de Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo – CONERES como entidade civil representativa para o Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 3).

O ER também não gera reprovação, mas os princípios da avaliação formativa apontam para a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo. Para Bittencourt³³:

Desse modo, a avaliação formativa não é término, mas início para mudar o espaço pedagógico e fazer com que conteúdos importantes sejam cada vez mais bem compreendidos pela maioria dos alunos. Quando isso de fato acontece, ela assume sua verdadeira função de subsidiar a aprendizagem, deixando de ser utilizada apenas como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assumindo seu verdadeiro papel de auxiliar a aprendizagem.

Mostrando que o importante é saber se o aluno demonstrou entender e praticar os conteúdos estudados em sala de aula, na convivência diária com o outro.

O professor, nas aulas de ER, deve oferecer aos alunos meios de aprendizagem, suposições, entendimentos e diálogos relacionados às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, para que tenham dimensão da própria cultura na qual estão inseridos e, para estar apto a ministrar as aulas, o profissional precisa constar de requisitos na área como licenciatura plena, pós-graduação ou quaisquer cursos de formação específica em ER de, no mínimo, 360h. Sendo que,

O CONERES tem a atribuição de definir, juntamente com a SEDU às atividades didáticas, a elaboração de programas curriculares de cursos e o credenciamento de professor para o Ensino Religioso, de caráter inter confessional, nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 11).

2.3.1 O Ensino Religioso no município de Cariacica

³³ BITTENCOURT, Neide Arrias. *Diretrizes e Orientações sobre o Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo*. Vitória, 2007, p. 10.

O município de Cariacica está entre os cinco mais populosos de todo o Estado do Espírito Santo. Situa-se na região da Grande Vitória – ES e está em crescimento econômico, político e social. A Secretária Municipal de Educação (SEME) encontra-se engajada em propostas inovadoras que darão às escolas suporte para o crescimento cognitivo do aluno. Desde o ano de 2006, com o reconhecimento do CONERES pelo governo estadual, que tem como princípios norteadores definir os conteúdos programáticos integrados à proposta pedagógica para normatizarem o exercício docente, e, quando a educação do município passou a ser Sistema, o núcleo de pessoas que trabalham na SEME pôde atuar com mais autonomia sobre as demandas educacionais do município, podendo, então, discutir e planejar sobre a construção das diretrizes curriculares do município. A educação pública municipal de Cariacica está fundamentada numa visão histórico-cultural de uma educação cidadã. Então, hoje, o foco é reestruturar as diretrizes curriculares da rede, com um olhar para a formação de alunos críticos, tendo como suporte teórico-filosófico a emancipação social e a gestão democrática. De 2006 até 2011, os cursos de formação continuada para professores de ER foram bastante intensos, com debates sobre temas do cotidiano da sala de aula para enriquecer a atuação do professor, fazendo-o crescer em sua disciplina. A intenção é somar os conteúdos apresentados nos PCNER à realidade das escolas de Cariacica, com discussão e reflexão sobre temas que rodeiam o universo escolar.

Respaldando-se na legislação que determina a inserção da disciplina de ER como área de conhecimento, há a Resolução nº 4 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação do MEC, de 13 de julho de 2010, que, em seu cap. II, trata “Da Formação básica Comum e Parte Diversificada” e, na alínea “f” de seu art. 14, cita o ER, e ainda estabelece:

§ 2º. Tais componentes curriculares são organizados pelos sistemas educativos, em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indisponíveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão (BRASIL, 2010).

Desse modo, o ER é área do conhecimento, sendo preparado com conteúdos sugeridos pelos PCNER, com tratamento didático, especificidades de avaliação e

metodologias de aprendizagem que bem se encaixam nas sequências didáticas, o ER se constitui:

[...] num conjunto de atividades ligadas entre si e planejadas para trabalhar um determinado conhecimento, etapa por etapa, numa perspectiva dinâmica, intencional, contextualizada visando atingir os aspectos da aprendizagem de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais (CARIACICA, 2012, p. 159).

Com as Diretrizes concluídas em 2012, foram postos em prática seus objetivos no contexto escolar. Entretanto, somente para alunos das séries finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano). Por meio de um plano de ação elaborado pela SEME, um professor fica responsável por coordenar sua área e por participar dos encontros na Secretária de Educação, junto com outros coordenadores professores, para darem novas sugestões e discutirem sobre o que foi aplicado nas instituições. O professor de ER também deve auxiliar os professores das demais disciplinas, na elaboração da sequência didática em suas disciplinas. Mas, como se sabe, desafios nas aulas de ER são comuns, um deles encontra-se:

Na formação inicial, que na maioria das vezes não corresponde a uma graduação em Ensino Religioso, mas a cursos de extensão e de pós-graduação com carga horária considerada insuficiente para atender a toda dinâmica que envolve a disciplina e, entre elas, os conteúdos previstos na disciplina.³⁴

Eis a preocupação da equipe da SEME que trabalha na área de ER no município: preencher os espaços que ficaram na formação inicial. Assim, a formação continuada, com encontros para discutir conteúdos a serem aplicados nas salas de aula e as metodologias de ensino são frequentes. E a citada autora completa dizendo que os objetivos para essas formações são:

Proporcionar aos educandos o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, promover e exercitar a liberdade religiosa, das concepções, de crenças, construção da autonomia e da cidadania, elementos importantes que dão visibilidade a um estado laico e democrático.

³⁴ FREITAS, Eliane Maura Littig Milhomem de. O Ensino Religioso no Município de Cariacica – ES: o processo de construção das diretrizes curriculares e o desafio de sua implementação em âmbito escolar. *Revista Reflexus – Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, Vitória, n. 10, 2013, p. 43.

A ideia principal das diretrizes, como dito anteriormente, é promover o exercício da cidadania dentro de uma abordagem de sequência didática, com participação de alunos, que relatam seus conhecimentos e vivências sobre o tema discutido. É permitir que participem da aula livremente, podendo expor opiniões e formando novos conceitos. A elaboração de conhecimentos científicos associados a situações do cotidiano e com significado entre os estudantes. Sobre a cidadania, Gadotti³⁵ afirma:

[...] cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício de democracia: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação e etc. direitos políticos como liberdade de expressão, de voto [...] não há ciência sem democracia.

Assim sendo, o ER no município de Cariacica põe em prática trabalhar com diálogo, permitindo ao professor e ao aluno construírem, em conjunto, novos saberes. E Freitas (2013, p. 51) esclarece que “devido a essa coletividade consideramos que o trabalho está buscando o melhor caminho a fim de que o conhecimento seja compartilhado e os saberes sejam socializados”.

Em suma, no currículo do ER do município de Cariacica, foi agregado o universo religioso brasileiro, para alunos do 6º ao 9º ano, no qual poderão reconhecer a pluralidade religiosa do país aprendendo a respeitar as diferenças, valorizando o pluralismo e a diversidade de culturas presentes na sociedade, com conteúdos associados às manifestações do sagrado junto a assuntos do meio estudantil como drogas, justiça social, tolerância, relações interpessoais, direitos humanitários e regras de convivência que abrangem toda uma comunidade. Além disso, a religião faz parte da sociedade, não há como fugir dela:

A religiosidade humana sempre esteve presente na vida de todos os povos e culturas, ocupando um lugar de destaque na vida dos indivíduos e das sociedades humanas. Portanto, uma educação que vise o desenvolvimento pleno do educando não pode omitir a educação da religiosidade e o estudo do fenômeno religioso, objeto da disciplina do Ensino Religioso (CARIACICA, 2012, p. 157).

³⁵ GADOTTI, apud FREITAS, 2013, p. 49.

Porém, mesmo com propostas tão inovadores para as aulas de ER que visam elevar a formação da cidadania, o município deixa a desejar, pois essas aulas estão voltadas somente para as séries finais do ensino fundamental. Mas, se querem auxiliar na formação cidadã como prescrito na lei, por que não aplicá-las também para as séries iniciais, ou seja, do 1º ao 5º ano? Essa não seria a etapa inicial de todo o processo alfabetizador para incluir o aluno desde cedo na realidade social que rodeia o ser humano, para tentar solucionar conflitos e, assim, ir moldando sua personalidade para o convívio mútuo entre as pessoas?

Em busca de respostas na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica (SEME), foi informado que já se pensou em aulas de ER para as séries iniciais, seria, então, um planejamento a mais para o professor regente e uma aula de ER por semana para o aluno, entretanto, faltam pessoas capacitadas para formarem uma equipe que trabalhe em prol dessa proposta, já que, como sabemos, não existe ainda faculdade no Estado do Espírito Santo que forme profissionais para atuarem com a disciplina de CR nas escolas. No futuro, essa seria mais uma disciplina a ser inserida nas séries iniciais. Algumas escolas do município trabalham com projetos, que englobam temas de filosofia e ciências sociais, mas, como já dito, são projetos. Por outro lado, não se pode dizer que o município não está cumprindo a lei, uma vez que a legislação pede para que sejam trabalhados o ER no Ensino Fundamental, independente se é nas séries iniciais ou finais. Desse modo, Cariacica atende, então, aos alunos das séries finais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Município de Cariacica (2012, p. 158), para as séries finais, o ER:

Se dará a partir dos conhecimentos produzidos, acumulados e de acordo com a história dos educandos, observando o conhecimento do passado e do presente, na busca de novos horizontes, com vistas ao diálogo inter-religioso, favorecendo a diversidade cultural religiosa, respeitando as diferentes expressões religiosas.

Percebe-se que há uma preocupação em realizar um trabalho de formação cidadã com os alunos do município nas séries finais, para tornarem adultos mais críticos e reflexivos diante das diversas situações, e seria um grande passo se essa preocupação se estendesse também para as séries iniciais. Entretanto, como dito anteriormente, existe um interesse na expansão dessas aulas para as demais séries. Vale aguardar

esse avanço. E assim sendo, vamos mostrar no próximo capítulo meios didáticos possíveis para trabalhar o ER no município de Cariacica, com prazer pelo professor e pelo aluno. E também se fazer perceber que a criança no início escolar tem mais facilidade em entender e conscientizar-se de suas funções cidadãs, pois essa idade está em período de formação da personalidade do indivíduo.

3 ESCOLA E ENSINO RELIGIOSO: FORMAÇÃO SOCIAL, VALORIZAÇÃO DA VIDA

3.1 PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE

Sabe-se que a escola deve ser um lugar de prazer para o aluno conseguir desenvolver suas potencialidades. Ali surgem os desafios necessários para evoluir-se. Afinal, é um lugar heterogêneo, onde diferentes personalidades se encontram, para juntos aprenderem o desconhecido. Entre algumas características, a escola é chamada:

Abrir caminhos; apontar horizontes; suscitar valores; sistematizar e enriquecer o saber; estimular a investigação científica; fortalecer os ideais; orientar as consciências; dirimir dúvidas; incentivar a criatividade e a participação; exercitar as aptidões para o bem, a verdade, a justiça e a solidariedade; abrir espaço para a busca de respostas aos questionamentos existenciais.³⁶

O problema é que a tecnologia e a busca constante da globalização têm feito a educação escolar adquirir novos conceitos e mudar a sua maneira de ensinar e agregar conhecimentos. A escola de hoje não é a mesma de alguns anos atrás, onde, através do ensino tradicional, o aluno era obrigado a aceitar os conteúdos que lhes eram apresentados, sem questionamentos. Nessa época, o professor dominava a classe e tudo que era transmitido por ele deveria ser aceito. Assim, percebia-se que o discente era um mero receptor das ações do outro, não havia diálogo, conversas, troca de ideias ou

³⁶ QUADROS, Eduardo Gusmão de; MIRANDA, Janira Sodré. O Ecumenismo e o Ensino Religioso. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educa o centrada na vida: subsídio para a forma o de professores*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 84.

informações que envolviam os acontecimentos sociais, os conteúdos aplicados seguiam à risca o que estava no livro, mesmo se a realidade daquele lugar fosse diferente, os conhecimentos eram consolidados e havia resistência em aceitar inovações. Como colocado por Paulo Freire³⁷ (2005), era uma “educação bancária”, ou seja, havia transferência de conhecimentos, como um depósito, dos professores para os alunos. Não havia unidade entre escola e sociedade, as pessoas tinham que ser coniventes com as decisões tomadas pelas classes dominantes. Na visão do ensino tradicional,

O educador aparece como ser indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e me cuja visão ganhariam significação. A palavra se esvazia da dimensão concreta que deveria ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante (FREIRE, 2005, p. 65).

Hoje, a escola tem o papel de diversificar as opiniões, dialogando, questionando e mostrando as diferenças que existem em cada lugar, pois os povos possuem seus próprios costumes, e estes se diferenciam.

A escola transformou-se em ciência e democracia, que caminha para a inovação educacional. Ou seja, com as mudanças na legislação, que favoreceram novos métodos de ensino priorizando o exercício da cidadania³⁸, que, segundo a LDBEN, é uma das finalidades da educação brasileira, pois prepara o aluno tornando-o capaz de interagir e questionar, criar desafios e interferir em decisões sociais que são contra as necessidades da comunidade, como os conflitos e as crises mundiais de guerras e fomes. Além do conteúdo curricular, é fundamental no ambiente escolar formar um aluno cidadão para o futuro, para o mundo ao qual ele é peça de convivência com pessoas de diferentes personalidades. São essas diferenças que devem estar misturadas aos assuntos abordados nas aulas de ER, para serem discutidas, analisadas e esclarecidas, para que o aluno perceba que não está só no mundo e que as diferentes tradições culturais existem e devem ser respeitadas. Assim, quando adulto, saberá interagir com opiniões e

³⁷ Paulo Freire: autor da pedagogia do oprimido (2005) - a escola deve ensinar o aluno a aprender a “ler o mundo” para poder transformá-lo. Pensava na educação para desenvolver a criticidade do aluno, conscientizá-lo.

³⁸ Cidadania: um indivíduo participante de uma sociedade, com gozo de direitos e deveres civis e políticos de uma constituição.

decisões precisas diante dos problemas que vão em direção à sociedade, para o seu próprio bem-estar e de todos, para isso, deverá saber argumentar e aprender com o convívio contínuo que é proporcionado na escola cotidianamente. Entre tais diferenças, está a formação da personalidade e o ensino de valores culturais que favoreçam a paz social e que nasçam na família e continua na escola com as divergências de opiniões, porém,

Paz não se ensina, se vive, assim como a cidadania. Não é possível ensinar alguém a ser cidadão, pode-se, na escola, favorecer a vivência da cidadania, do respeito mútuo, da paz (MARCHETTO, 2009, p. 17).

A criança observa o que está a sua volta e aprende com o que vê. É importante saber que o conhecimento ensinado, discutido e vivido com o todo, sendo esse bem aproveitado, não será esquecido quando o indivíduo for adulto. Entretanto, a escola não é a base para o ensino da cidadania, o aluno chega à instituição com ideias e fundamentos que foram transmitidos por seus familiares. O papel da família é fundamental, ela deve impor os limites necessários e ensinar atitudes que prevaleçam para o respeito ao próximo e para a humildade das ações.

Ao chegar à escola, o aluno quer vivenciar novas experiências que o ajudem a entender o universo a sua volta. Questionamentos fazem parte do contexto infantil e precisam de respostas que diferenciem o certo e o errado, a partir da vivência com o outro.

Para aprender, o aluno precisa semear dúvidas, discutir conceitos e interagir com suas verdades, refletindo sobre os pensamentos apresentados, ficando possível analisar e entender o pluralismo religioso presente nas comunidades de dentro das escolas, onde o convívio com pessoas de diferentes personalidades se encontra, para conhecer novas realidades e agregar conceitos, através do diálogo inter-religioso.

Observar a realidade passa por vários tipos de interpretação, de modo que o educando analise o seu entendimento comparando-o com diferentes modelos de ler o mundo ao seu redor, mas, sem deixar de julgar criticamente o passado. É necessário haver harmonia entre pensamentos diferentes, integrando os alunos aos valores da sociedade. Hoje, a violência, a injustiça, o individualismo, a impaciência, têm se tornado

frequente no cotidiano escolar, a agressividade tem invadido as instituições e os alunos estão perdendo o respeito ao próximo, banalizando as amizades e o bom convívio escolar. As famílias estão se separando e o ensino de valores que geram virtudes estão escassos. A correria do dia a dia, brigas, falta de diálogo dentro de casa e a compensação da ausência por bens materiais têm provocado um grande distúrbio de convicções já estabelecidas. O indivíduo cresce e vai assumindo sua personalidade sem entender seu real papel na sociedade e quais são seus princípios de direitos e de deveres de cidadão, tornando-se então num ser frustrado, pois,

Os fracassos na vida social e na vida íntima do adulto tem muitas vezes origem em erros de educação, pais excessivamente rígidos podem levar os filhos à timidez e à eterna rebeldia, pais que brigam entre si, em presença da criança, podem gerar instabilidade e incapacidade para um matrimônio feliz (WEIL, 2000, p. 158).

Desse modo, as famílias acabam designando a escola como local de ensinamentos familiares de educação, solidariedade, paz, harmonia, culturas e verdades que deveriam ser estabelecidos desde o nascimento dentro de casa. As escolas, por sua vez, como espaços socializadores, tentam associar os conteúdos programáticos às soluções de desavenças, causando confusões no entendimento do aluno. O ER escolar, então, visa estudar assuntos sociais e religiosos dentro do campo científico, associado à sociedade e à educação, com um olhar pedagógico do mundo a sua volta. Passos explica que:

Entendemos o ER como o ensino da religião na escola sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese), sem o pressuposto da religiosidade (que resulta na educação religiosa), mas com o pressuposto pedagógico (que resulta no estudo das religiões) (PASSOS, 2007, p. 24).

Um ER voltado para a prática da paz, da harmonia, da humanização das pessoas, já que, se o ensino for para demonstrar a prática existente em diferentes religiões, por meio do fenômeno cultural de cada uma, o discente vai entendendo e aceitando as divergências e, assim, respeitando as diferenças. Afinal, o importante é, mesmo não concordando com algum tipo de manifestação religiosa, o indivíduo ser tolerante à crença alheia, sem causar revolta e desequilíbrio social, ou seja, aceitar,

mesmo discordando. Assim sendo,

[...] ensina-se religião para ter maior consciência de seu significado na vida do indivíduo e sua função na sociedade. Discernir o dado religioso e assumir posturas cidadãs perante suas manifestações e relações com as diversas dimensões da vida humana é uma habilidade indispensável para a educação dos cidadãos oriundos de qualquer credo, ou mesmo sem nenhum credo (PASSOS, 2007, p. 37).

O ER, como componente curricular obrigatório do ensino fundamental, teria o objetivo de estudar o fenômeno religioso a partir da compreensão histórico-antropológica, com respeito à pluralidade a aos fenômenos religiosos existentes nos alunos em sala de aula. Em suma,

O Ensino Religioso está no currículo escolar para ajudar a escola para ajudar a encontrar seu lugar na sociedade e para auxiliar cada ser humano a se encontrar consigo, com o outro e com o transcendente a partir da experiência e dos conhecimentos que cada um e uma traz para o diálogo construtor de novas utopias e novas realidades complexas, mas carregadas de sentido, interligadas e conectadas à vida nas suas mais diferentes formas de existir.³⁹

Uma escola democrática luta pela igualdade, justiça, liberdade e participação de todos nas decisões, visando construir adultos com valores e práticas que geram paz. Desenvolvimento de atitudes ligadas à autonomia, espírito crítico, responsabilidade, cooperação e tolerância, por meio do diálogo e da intervenção do professor. Aulas voltadas para dinâmicas de grupo e participação em diversas decisões do cotidiano.

Até agora falamos do papel da escola na formação do aluno, no entanto, desafios rodeiam o ambiente escolar público através dos educadores que reclamam da falta de tempo para se aperfeiçoarem, do grande número de alunos em sala de aula, da carga horária excessiva, já que devido aos baixos salários é necessário trabalhar em várias instituições escolares durante o dia, da falta de recursos materiais básicos para o cotidiano escolar, além da indisciplina dos alunos, das tarefas de casa não cumpridas, do descaso de alguns pais com o aprendizado dos filhos e da desmotivação generalizada. Já nas escolas particulares, encontramos desafios como a inadimplência, custos com material escolar, reajuste de mensalidades...

³⁹ FUCHS, 2005, p. 25.

Enfim, percebe-se que se fala muito em uma educação de qualidade, numa dinâmica pedagógica que favoreça o ensino/aprendizagem do aluno e sua inclusão social, mas não se pode esquecer que os desafios são responsabilidade de todos. Na instituição, todos são educadores, pois a partir do momento em que o aluno entra na escola ele está convivendo com outras pessoas que não fazem parte do seu grupo social e precisa aprender a aceitar as normas e agir com coerência, para não sofrer sanções. Porém, as políticas públicas precisam fazer a sua parte, fornecendo recursos para que uma educação de qualidade aconteça plenamente, e seus professores possam viver em harmonia com a rotina diária e, assim, transmitam seus conhecimentos com amor e satisfação profissional. Dessa forma, percebe-se que o ER, como disciplina obrigatória na grade curricular, é mais um assunto a ser discutido pelos órgãos competentes de cada região.

3.1.1 O olhar do professor de Ensino Religioso nas séries iniciais para o município de Cariacica

A instituição é articuladora do processo educacional, auxiliando no entendimento entre os seres, favorecendo a criatividade e a criticidade do seu aluno para o futuro. Desse modo, a escola é uma comunidade onde seus profissionais devem estar em sintonia com a responsabilidade imposta em suas mãos. Os professores precisam ter profissionalismo de ensinarem com o intuito de formadores de opiniões.

O professor de ER para as séries iniciais no município de Cariacica, com alunos de 6 a 10 anos, tem o compromisso ainda maior de formador social junto com a família, pois, nessa idade, as crianças estão conhecendo o mundo a sua volta, não sabendo ainda discernir as facetas sociais a qual estão inseridas. Essa é a idade da formação da personalidade, do caráter. Nas escolas, o professor fica tão próximo ao aluno que é chamado de “tia/tio” pelos pequenos, tamanha inocência das crianças. As descobertas são constantes, e cada passo dado em direção ao conhecimento e as experiências sobre as coisas do mundo são novas. O mínimo para o adulto é tudo para quem está sendo

alfabetizado. É como uma caixinha, onde tudo que lhes é mostrado vai sendo guardado e será usado durante toda a sua vida no modo como lhe foi apresentado. Segundo Brandenburg, em seu texto apresentado no IV Simpósio de Ensino Religioso no ano de 2007, o professor das séries iniciais responsabiliza-se pela formação integral de seus alunos, o que implica na reconstrução dos saberes que foram historicamente elaborados pela humanidade e consagrados em grandes áreas. E termina dizendo que é fundamental que o educador das séries iniciais integre o ER, pois o mesmo deve ser o mediador entre o educando e o conhecimento religioso. A relação interpessoal deve ser respeitosa, saudável, amigável, cordial e clara entre ambos, evitando o autoritarismo, para assumir um caráter de autoridade competente. A interação é um processo muito importante no processo de ensino-aprendizagem do discente.

Explorar em sala de aula assuntos que favoreçam o desenvolvimento da cidadania no aluno é fundamental. O propósito é iniciar o processo de preparar cidadãos desde o início da fase escolar nas escolas municipais de Cariacica, para que, desde pequeno, o aluno cresça conhecendo e convivendo com as diferentes personalidades, religiões e pensamentos, e que esses não devem ser julgados, mas respeitados pelo outro.

O que parece é que os alunos passam de ano, mudando de séries, mas como meros conhecedores de assuntos superficiais ao mundo exterior. Deve haver um equilíbrio entre as disciplinas, para que todos os assuntos sejam abordados com qualidade e responsabilidade pelos seus profissionais.

Quando se fala da idade certa para a assimilação de conhecimentos, apoia-se nos estudos da Teoria de Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget⁴⁰, que defende que as crianças não raciocinam como os adultos, o pensamento delas passa por quatro estágios de desenvolvimento⁴¹, desde o seu nascimento até o início da adolescência, quando a capacidade completa de raciocinar é atingida. Vem de Piaget a ideia de que o aprendizado é construído pelo aluno, assim, seu conhecimento vem de descobertas que

⁴⁰ Jean Piaget: suíço Jean Piaget foi um epistemológico considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Criou a teoria do conhecimento centrada no desenvolvimento natural da criança. Mostrou que as crianças não pensam como os adultos e constroem o próprio aprendizado.

⁴¹ Estágios de desenvolvimento da criança: estágio sensório-motor (até 2 anos); estágio pré-operatório (dos 2 aos 7 anos); estágio operatório concreto (dos 7 aos 11 anos); estágio das operações formais (dos 12 anos até a vida adulta).

ele mesmo faz e na escola deve ser aproveitado naturalmente, para o seu aprendizado em sala de aula e em socialização com os demais alunos. Sábio, Piaget revolucionou a educação na infância, dizendo que “educar é estimular a procura do conhecimento, e este, não pode ser uma cópia, visto que é sempre uma relação entre objeto e sujeito; e o professor não deve pensar no que a criança é, mas no que ela pode se tornar”.⁴²

O modo de entender a capacidade cognitiva da criança de Piaget, muito se parece com o pensamento construtivista⁴³ de Paulo Freire (1968), e Becker (1993), em seus estudos sobre esses dois teóricos, aproximam seus ideais educacionais, como uma proposta transformadora, fazendo uma comparação entre eles:

[...] O homem só compreende bem aquilo que faz, e só faz bem aquilo que compreende: fazer e compreender (Piaget) equivale a agir e refletir (Freire) desde que dialeticamente entendidos; tomada de consciência (Piaget) e processo de conscientização (Freire) são processos parecidos, talvez quase idênticos, sobretudo no que tem de atividade criadora e inventiva desde que entendidos como função da ação do próprio homem e não de um ensino unidirecional ou de uma repetitiva doutrinação (BECKER, 1993, p. 14).

Lawrence Kohlberg⁴⁴, psicólogo, refere-se à moralidade da criança concluindo que “ela é um ser que intrinsecamente busca valores e espontaneamente faz julgamentos do ‘bem’ e do ‘mal’ sobre os outros, sobre os objetos e sobre si e seus próprios atos”.

Assim, na idade entre seis e oito anos, a criança ainda não sabe discernir como as regras foram formuladas e acreditam que, assim como foram ensinadas desde pequenos, o respeito entre as pessoas tem uma origem transcendental. Nessa fase, a criança começa a entender suas atitudes, pois já possui uma razão para as suas ações, sendo capaz de refletir sobre elas, completa Pimentel⁴⁵:

⁴² FERRARI, Márcio. *Jean Piaget*. 2011. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/jean-piaget-307384.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

⁴³ Construtivista: inspirado nos ideais de Jean Piaget, o método permite ao aluno construir seu conhecimento partindo da realidade das ações mútuas entre o indivíduo e o meio, aprendendo e organizando seu próprio conhecimento, de maneira cada vez mais elaborada.

⁴⁴ KOHLBERG, Lawrence, apud PIMENTEL, Jéferson Polidoro Ruaro. A fé na infância: como o Ensino Religioso cristão nas séries iniciais pode auxiliar na formação da criança. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013, p. 210.

⁴⁵ PIMENTEL, 2013, p. 210.

Através da reflexão, a criança passa a ter a possibilidade de construir seu pensamento próprio a partir da coordenação lógica de vários pontos de vista que passam a ser possíveis, além de terem maior capacidade para compreender as regras.

Essa fase de descobertas é preciosa, e o professor precisa ter consciência disso. Na sala de aula, ele é referência, tudo que ele diz está certo, até suas roupas são observadas pelo aluno. Em casa, não é diferente, o modo de ser e de viver dos pais influencia também na formação dos filhos. Os diálogos são menores do que em alunos adolescentes, pois não tem o olhar questionador e observador dos alunos maiores, então, o professor deve impulsionar com exemplos o que quer que digam durante as aulas. Eles se expressam melhor com desenhos e textos do que com a comunicação. Ainda são dominados pela vontade dos adultos. Os pequenos os veem como alguém superior, mais capacitado que quer ensinar algo a eles. O que for transmitido ao educando nessa época de suas vidas dificilmente será esquecido. Sendo assim, se transformarão em adultos mais preparados socialmente para conviver com as diferenças. Daí a importância do professor, sendo aquele capaz de criar condições compatíveis com o nível de desenvolvimento cognitivo do educando, em atividades desafiadoras e enriquecedoras para eles. Na sala de aula, é ele quem decide o que estudar e como estudar, já que tem o poder de tomar decisões e influenciar no aprendizado e no conhecimento. Sendo assim, deve agir como incentivador de descobertas, questionador, estimulador de reflexões, mostrando o novo, o diferente e preparando o discente para os desafios que surgirão a sua volta e em toda a sua vida. Nessa perspectiva, o ER nas séries iniciais do município de Cariacica, tem o propósito de:

Ser um momento privilegiado para reflexões em relação à vida e interação entre os alunos, uma vez que o pluralismo religioso faz parte da turma e possibilita o desenvolvimento do respeito entre os participantes.⁴⁶

Um ensino voltado para florescer o respeito, a liberdade de se expressar e a convivência solidária entre as pessoas. Quadros e Miranda⁴⁷ dizem que se deve, sim, educar pelos conteúdos, métodos e linguagens, mas, sobretudo, pela coerente vivência

⁴⁶ PIMENTEL, 2013, p. 211.

⁴⁷ QUADROS; MIRANDA, 2004, p. 73.

dos valores sociais e que nos acompanham cotidianamente. Preparar o ser humano, auxiliando-o no entendimento da valorização da vida. O envolvimento social entre crianças nas instituições de ensino influenciam na sua avaliação como ser, e, espontaneamente, observam e julgam o certo e o errado dos seus atos e dos colegas, absorvendo os acontecimentos e moldando seu caráter. A curiosidade é intensa na criança, tudo para ela é novidade e, partindo daí, o conhecimento precisa ser estimulado. Uma vez que estão no mundo,

Precisam ser educadas para que não fiquem sujeitas às tentações negativas e expostas às crueldades praticadas por certas pessoas, a fim de adquirirem discernimento suficiente para identificar esses atos como bárbaros e jamais como normais, focando assim na orientação para a prática plena de sua humanidade como “criaturas racionais”.⁴⁸

A criança é um livro aberto, página a ser preenchida, afinal, ninguém nasce sabendo as regras estabelecidas, o certo ou o errado numa sociedade, muito menos seu papel naquele grupo. A primeira instituição é a família, que irá ensinar seus princípios e tradições, para ela ir crescendo dentro desses valores. Depois vem a escola, onde tudo que foi assimilado em casa, com seus familiares, será de troca de informações e ideias entre os colegas, já que cada aluno vem de uma família diferente, com manias, atitudes e pensamentos diferenciados. Essa é a hora de compartilhar, dialogar e questionar o que veem e como vivem fora da escola, dentro da sala de aula, e juntos produzirem conceitos e regras importantes de convivência, que levarão para toda a vida. Nessa fase escolar inicial, a criança está no período de formação da personalidade, é nesse momento que estará assimilando tudo o que for vivenciado por ela e, quando adulto, se lembrará do que aprendeu. Afirma Freire⁴⁹ que o homem é formador da sua própria história, e o processo de conscientização ocorre durante toda a sua vida, pois:

[...] é sempre inacabado, contínuo e progressivo, é uma aproximação crítica da realidade que vai desde as formas de consciência mas primitiva até a mais crítica e problematizadora e, conseqüentemente criadora.⁵⁰

⁴⁸ PIMENTEL, 2013, p. 209.

⁴⁹ FREIRE, Paulo, 1974, apud LEMOS, Carolina Teles. Ensino Religioso nas principais tendências pedagógicas. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004.

⁵⁰ LEMOS, 2004, p. 127.

Percebe-se, hoje, que os valores familiares estão se invertendo. Os pais quase não conversam com seus filhos como antigamente. Se olharmos a nossa volta, logo veremos que o respeito, a autoridade e as regras entre pais e filhos mudaram. Os filhos gritam, exigem e decidem como vai ser e, muitas vezes, não aceitam ser contrariados. Não há estrutura, não há base, eis a necessidade do ER com diálogo, reflexão e interesse diante da pluralidade religiosa no Brasil. Hubner (2013, p. 257) acrescenta dizendo que a nova estrutura familiar da contemporaneidade deve ser observada, ou seja,

Novos pais; novas mães e novos filhos num reagrupamento diferente, necessitando de uma aceitação e de um novo olhar em busca de um viver harmonioso... Há ameaças tremendas contra a família, como as drogas, a violência tanto doméstica como fora dela, as escolhas sexuais dos filhos, gerando um descompasso entre a família ideal e a família real, provocando muita angústia e muita frustração.

Quando criança, ainda é fácil conter a agressividade, as regras são impostas até que perceba que precisa mudar, mas, quando adultos, se revoltam e querem tomar suas próprias decisões. A questão é que as crianças crescem sem entender muito bem o que pode e o que não pode na sociedade, a disputa pelo certo, apresentado por cada um nos protestos de rua ou no Congresso Nacional pelos deputados, gira em torno dos direitos de cidadania garantidos por lei, as opiniões são alheias e devem ser respeitadas. No entanto, pode-se lutar pelo que acha certo. Um dos problemas está na tecnologia que tem tomado lugar no diálogo dentro de casa, cada um fica por si só na televisão, no computador, e acabam tendo a formação do caráter baseado no que veem nos meios de comunicação ou nas ruas, porém sem referência, sem propósito, tornando-se um adulto inseguro, cheio de incertezas e sem conexão com a verdade social necessária para a convivência harmoniosa entre as pessoas. Alguns se tornam os problemas sociais que precisam ser tratados, já que tiram a paz, geram o desequilíbrio e o desconforto ao próximo. É pensando nesses fatores de desordem ao qual estamos sujeitos que é importante trabalhar com uma educação religiosa de qualidade desde a infância entre família, escola e sociedade para que juntos possamos traçar o perfil adequado para esse indivíduo em formação. Nessas aulas, o aluno irá conhecer diferentes manifestações do fenômeno religioso, aprendendo com as experiências dos colegas as diversidades que

rodeiam cada religião, com o professor mediador auxiliando-o por meio de diálogo para crescer um adulto responsável e preocupado com o futuro da sociedade. Após essa fase inicial do aprendizado escolar, o aluno, deve se expressar com a linguagem do coração, ou seja,

É aprender a gerenciar os pensamentos, proteger a emoção nos focos de tensão, pensar antes de agir, se colocar no lugar dos outros, perseguir os sonhos, valorizar o espetáculo da vida. Percebemos, assim, a busca por uma sociedade mais humana, mais justa e feliz.⁵¹

Ele deve entender que todos são diferentes, o que muda são as atitudes, e estas devem ser limitadas à reação de desordem. Não significa que ele será um adulto perfeito, porém a sorte será lançada, e ele decidirá que papel vai assumir quando adulto: o de rebelde, que irá ao encontro das ilegalidades sociais, ou o de ser humano que aceitará viver dentro de seus direitos e deveres que, não concordando, poderá lutar pela sua verdade, mas, respeitando os demais. As regras existem e, pensando no seu seguimento entre as gerações, surge a ideia de desenvolvê-las mais profundamente nas aulas de ER, num momento reflexivo, abrangendo a sociedade atual e o pluralismo religioso. Afinal,

As regras que são estabelecidas e passam a definir a forma como uma sociedade se comporta podem ter sido construídas tanto por força de aspectos práticos, relacionados com o bom andamento da vida comunitária, como em decorrência do que supomos sejam as condutas que estão de acordo com a vontade dos deuses (GIKOVATE, 2001, p. 21).

A criança, então, será alvo da prática de um crescimento globalizado e integral, com foco na dimensão religiosa da vida participando desse ambiente de troca de conhecimentos, com democracia e com confronto de atitudes vão repensar suas ações e entender que algumas delas precisam ser mudadas para não serem punidas depois. Espera-se, assim, que no futuro, quando adulto, possam compreender que todos têm direitos e deveres e que cada um precisa fazer a sua parte para que a harmonia e o respeito mútuo sejam frequentes entre as pessoas, prevalecendo a dignidade social, sem violência ou intolerância. E como afirma Cury (2007, p.13): “mas se não formos respeitados, o que fazer? Devolver a agressividade? Jamais! Veremos que os frágeis

⁵¹ GERSOS; SCHAPPER, 2005, p. 128.

usam a violência, os fortes as ideias”. É necessário formar uma geração de indivíduos pensantes nos atos, seus e do seu próximo, e entender a influência negativa que uma reação errada provoca em todo o convívio social, afinal, toda atitude gera uma consequência.

O professor de ER para as séries iniciais do município de Cariacica precisa conhecer a realidade social de seus alunos para que possa preparar aulas dentro do perfil adequado àquela comunidade e para que possa saciar a necessidade de conhecimento da turma. Explorar assuntos como o *ethos* e o rito, associados ao cotidiano, favorecem o desenvolvimento da cidadania. O propósito é iniciar o processo de formação de atitudes desde o início da fase escolar, para que, desde pequeno o aluno das escolas municipais cresça conhecendo e convivendo com as diferentes personalidades, religiões e pensamentos e que esses não devem ser julgados, mas respeitados pelo outro. As tradições religiosas no município de Cariacica existem, como a festa de Congo que acontece todos os anos em comemoração à festa de Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado do Espírito Santo. São festas populares que fazem parte da cultura desse lugar. É necessário conhecer para entender e respeitar. Aos poucos, as escolas do município de Cariacica estão aprimorando, capacitando seus profissionais, para que o ensino de qualidade seja cada vez mais eficaz, entretanto, a violência nesse local existe como em qualquer outra parte do mundo, a diferença está entre o tamanho e a quantidade de desordem que modificam o *ranking* mundial. É importante pensar sempre em trabalhar nas escolas municipais assuntos que favoreçam a diminuição da violência e de atitudes de agressividade, sendo as aulas de ER uma maneira de buscar por novas mudanças. Então, sobre o professor de ER das séries iniciais, conclui-se que:

No Ensino Religioso, o professor-pesquisador é aquele que parte das histórias de vida para compreender a profundidade do sagrado; ele faz de sua vida uma permanente fonte de pesquisa, partilha e reflexão da religiosidade; relaciona constantemente as religiões com as religiosidades; age constantemente sobre o fenômeno religioso para decompor e recompor o conhecimento; pergunta mais do que responde. Ele sabe que através da pergunta é possível estimular a partilha, a busca e a construção autônoma do conhecimento.⁵²

⁵² SCUSSEL, 2008, p. 175.

3.1.2 O fenômeno religioso para auxiliar na formação da cidadania do aluno nas séries iniciais

Ao nascer, a criança já é submetida às vontades de seus familiares e acabam sendo influenciadas por atitudes diversas de todos que estão ao seu redor. Querem que ao crescer sigam as tradições que passam de geração para geração. Observa-se que essas tradições culturais acontecem entre países, Estados, religiões e até mesmo de uma família para outra, como colocado por Xavier:⁵³

O homem é um ser de tradição, recebe tradições e as liquida. A tradição é um acontecimento cultural, social e pessoal. A tradição é um elemento constitutivo da cultura humana.

Os conhecimentos acompanham os pequenos desde o berço, quando o indivíduo já começa a ser educado dentro de seus costumes sociais, isso, então, pode ser considerado um processo de aprendizagem, que se inicia desde o nascimento até a vida adulta do indivíduo, quando as diferenças se tornam muito mais visíveis.

Essas diferenças provêm da personalidade que acompanha o cidadão todo momento, afinal, todos são diferentes uns dos outros e, mesmo sem perceber, são incumbidos de manter a hegemonia do grupo ao qual nasceram, sendo importante entendê-las e respeitá-las. As mudanças são difíceis, pois geram um desconforto de adaptação no ser humano. Mas, sendo o indivíduo submetido desde a infância ao conhecimento de valores passados por seus Transcendentes, por meio de seu grupo de convivência, este será aplicado no seu cotidiano e durante toda a sua vida.

Percebe-se que as pessoas têm dias mais agitados, nos quais a competição e o individualismo imperam, não param para pensar no agir e, no impulso do nervosismo, têm atitudes de agressividade que as farão se arrepender depois. A violência tem aumentado a cada dia. Em seu estudo sobre indisciplina e violência nas escolas, Silva (2003, p. 13) considera que “estamos vivendo em um mundo em decadência e que as instituições sociais se encontram em um processo de falência generalizada, o que se

⁵³ XAVIER, Donizete. A educação como missão da igreja no Magistério eclesial. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e Educação*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 211.

reflete no campo moral e ético, pois os indivíduos se colocam indiferentemente com relação às Leis, normas e regras de convívio social”. Para Gersos e Scharpper⁵⁴, o ser humano não aprendeu a lidar com o mundo de suas emoções e pensamentos como aprendeu a dominar o mundo da tecnologia, dos relacionamentos virtuais, assim, as pessoas estão cada vez mais carentes de diálogo, paciência e amor ao próximo para tentar resolver as diferenças com civilidade. Agridem-se verbalmente, fisicamente e por motivos banais, e hoje, diante das turbulências cotidianas o indivíduo precisa aprender a falar com o coração, refletindo em suas ações, ou seja,

[...] aprender a gerenciar os pensamentos, proteger a emoção nos focos de tensão, pensar antes de agir, se colocar no lugar dos outros, perseguir os sonhos, valorizar o espetáculo da vida. Percebemos assim, a busca por uma sociedade mais humana, mais justa e feliz (GERSOS; SCHARPPER, 2005, p. 128).

Através das reportagens nos telejornais, vê-se que as famílias estão sem referência, perdendo os valores de justiça, respeito e paz, parecem não se preocupar com um futuro social equilibrado e tranquilo para todos. O centro da educação social deveria resumir-se em:

[...] concebida como um processo ordenado a realizar o ser humano como um todo, onde o educar é ajudar ao desenvolvimento e afirmação do caráter próprio na humanidade e em cada um, implica favorecer que cada pessoa se educa a si mesma na medida em que torna consciente e responsável por si mesma, para tais fatores como família, escola e outros contribuem na estruturação dessa aprendizagem (MACHADO; NASCIMENTO; JUNQUEIRA, 2004, p. 34).

Olhando por esse lado, trabalhar religião nas instituições escolares com formação cidadã cria um pressuposto de ocupar um espaço único no papel educativo, uma vez que transpõe a idolatria ao transcendente, à comunhão e ao amor ao próximo, partindo da ideia de que o indivíduo que respeita o ser supremo no qual é dono de todas as coisas, ao mesmo tempo, fisicamente, deve olhar o outro com igualdade e zelo pela vida, fortalecendo os laços de paz. Ou seja, a personalidade é influenciada quando o seu líder religioso o condiciona as suas vontades e que, segundo ele, são direcionadas por

⁵⁴ GERSOS; SCHAPPER, 2005, p. 128.

uma força maior, o transcendente, como pensa Duque⁵⁵: “No cerne da atitude religiosa situa-se a relação à comunidade em que se cresce à tradição onde se nasce e ao testemunho que é transmitido”.

E mais o que acredita Brandenburg et al. (2009, p. 29):

Quando se fala que os fenômenos religiosos são foco do ER, tem-se presente que o fim último de sua prática está na VIDA, no resgate da vida. Diante desse compromisso o ER precisa abrir os olhos e estender as mãos para construir caminhos que possibilitem a preservação da VIDA. Quando se fala em vida, fala-se também em desenvolvimento de valores.

Assim, o ER, quando analisado para a formação do indivíduo como cidadão, por meio da inserção de valores sociais com aulas que fazem reflexão aos fenômenos religiosos, está associado a recuperar a unidade de uma sociedade, afinal, vivendo em um mundo tão instável, cheio de pessoas que infringem os princípios éticos estabelecidos como corretos para a composição da cidadania humana, as instituições têm um papel fundamental de mostrar as facetas que compõem o certo e o errado que se instalaram na sociedade, faz parte do processo de cooperação e resolução de conflitos, além de ser um lugar de aprendizagem e convivência social. Então, as escolhas que surgirem serão de responsabilidade de cada um, pois a sociedade mostra-se democrática, como dito:

Cada escolha, fruto da unidade vivida por cada sujeito enquanto ser-no-mundo, é única no seu valor e no seu significado. Não somos livres de não escolher. A própria existência é uma opção. Neste sentido, tudo é para e pela liberdade.⁵⁶

As manifestações religiosas estão associadas às regras de convívio social e devem partir de comunidades na qual o indivíduo está inserido, cabendo a cada pessoa decidir aquela com que mais tem afinidade e seguir seus métodos, conceitos e costumes que geram o bem estar de todos de dentro e de fora do seu grupo. Entretanto, essa inserção do certo e do errado deve começar desde a infância que é quando a

⁵⁵ DUQUE, 2012, p. 24.

⁵⁶ TAVARES, Manuel. Educação e destinação humana: a liberdade entre a finitude e a infinitude. Educação em e para a liberdade e a experiência da transcendência. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 182.

personalidade está sendo formada e preparada para a vida adulta. Ferreira e Marques⁵⁷ acreditam que crianças e adolescentes necessitam de regras de conduta quase sempre definidas e implementadas por autoridades religiosas, escolares e familiares. E que a submissão às normas requer um processo de longa duração. Os autores completam dizendo que cada geração que vem ao mundo se difere uma da outra, cabendo à geração atual igualá-los nessa diferença, transmitindo valores herdados e construindo novos que possam estabelecer relações entre os homens em suas diferenças e diversidades, e esse é um dever de instituições de longo prazo, como escola, família e religião.

Muitas vezes, essas relações vividas em sociedade são transferidas para dentro da sala de aula e essas atitudes acabam influenciando os demais. Cabe a cada instituição, onde há grande diversidade de pessoas, perceber as dificuldades de convívio do educando e trabalhar essas necessidades, para que possam ser questionadas, refletidas, influenciando o aluno e, aos poucos, sendo modificadas, se assim for o caso. Dessa forma,

[...] criar situações de aprendizagem interdisciplinar; desencadear situações para a ação em situações reais que ponham os alunos em contato com o processo de resolução de problemas - estratégia privilegiada na identificação e formulação de soluções para os problemas; relevar aspectos éticos, econômicos, sociais e políticos dos problemas tratados; trazer para o ensino das ciências, valores relacionados com o contexto da ação (SANTOS, 2011, p. 60).

As comunidades se diferenciam, cada uma tem a sua própria realidade e esta pode ser positiva, quando está relacionada com pessoas que transmitem a solidariedade e a paz dentro do seu grupo social, que pode ser o núcleo religioso que frequenta, ou negativa, quando a criança possui atitudes que fogem da ordem social de bem-estar de todos e geram a violência mesmo sem perceber, pois, para ela, aquela atitude de rebeldia é normal, já que foi assim que aprendeu com as pessoas que estão ao seu redor. Muitas vezes, essa situação acontece não somente na família, mas também no convívio com amigos que possuem atitudes que estão associadas à imoralidade social, porém esses foram os valores éticos e morais que conheceram através de suas famílias ou de seus grupos sociais, assim lhes foram apresentados. As pessoas só mudam o que pensam

⁵⁷ FERREIRA; MARQUES, 2011, p. 153.

quando conhecem novas respostas para aquilo que consideram ser o certo para todos, sobre determinados assuntos. Cada um é dono de sua própria verdade até que seja mostrado algo novo, diferente. Sugestões e questionamentos só surgem quando existe um grupo reunido para mostrar o que conhece ao outro e, juntos, entender e esclarecer sobre novos conceitos. Quando se fala em religião, as pessoas logo entram em uma polêmica, pois a veracidade sobre cada religião é pessoal, indiscutível. Porém, o conhecimento religioso é patrimônio da humanidade, a religião faz parte da cultura de muitos anos atrás, sendo direito do cidadão conhecer as diversidades que o rodeia, afinal, o aprendizado nunca termina e o ser humano está em permanente acabamento. Conhecer as manifestações religiosas não se resume à religiosidade pessoal que cada um traz consigo, mas ao conhecimento diversificado que rodeia nosso país diante do pluralismo religioso. Então, o ER, fundamenta-se no debate e na reflexão dessas manifestações com respeito e liberdade de expressão entre os alunos, concluindo-se que:

A discussão do ER não se inscreve, fundamentalmente, na esfera do debate sobre o direito ou não a religiosidade, mas o direito a educação de qualidade que prepare o cidadão para visões e opções conscientes e críticas em seus tempos e espaços (SENA, 2007, p. 36).

É nesse ângulo que a escola é um lugar de convívio com outras pessoas, tão iguais umas das outras, mas completamente diferentes em suas individualidades. É por meio da instituição escolar que o discente compartilha conhecimentos produzidos e acumulados historicamente, podendo criar novos conhecimentos através de informações que o ajudam na compreensão da realidade, preparando cidadãos mais participativos e interventores nas decisões da sociedade. Em sala de aula, o discente conhece, constrói novos significados e apresenta o que conhece aos demais. Nesse ponto, a intervenção pedagógica por meio do diálogo é importante, pois o professor, como mediador de conhecimentos, irá trabalhar em cima do conhecimento do educando, aquilo que lhes foi apresentado pela família, através das concepções de mundo que estão no grupo social daquele aluno. O dilema é maior quando são abordados temas associados à religião, pois cabe ao gestor da sala de aula estar apto com argumentos que socializem com o grupo, mediando possíveis conflitos e agregando novos conceitos críticos que ajudarão o

aluno a diferenciar as diversidades sem provocar a intolerância religiosa. Sendo bem esclarecido, sem deixar dúvidas sobre o tema estudado, irá auxiliá-lo por toda vida, demonstrando segurança naquilo que foi aprendido. Habilitar o cidadão, não só tecnicamente, mas, também, humanamente. Seguindo com os pensamentos de Caron (1997, p. 286):

Ensino Religioso escolar é parte integrante da formação básica do cidadão, pois aborda de forma interdisciplinar para que educandos estejam comprometidos com a qualidade devida, em que a justiça, a fraternidade, o diálogo e o respeito pelo diferente, pela história, pelas tradições e culturas favoreçam a paz, a unidade, a esperança e a solidariedade, sendo o aluno sujeito protagonista na construção de um mundo novo, humano e solidário.

Ou seja, as formações da personalidade e do caráter devem ser moldadas gradativamente, para que, no futuro, o aluno coloque em prática o que aprendeu na escola. Como escrito por Junqueira (2011, p. 180) sobre o que é educar:

Assim, é proposto o “educar” como processo de descoberta e redescoberta do ser humano em comunidade, de forma sempre mais consciente, já que a educação não é neutra, sendo influenciada por valores e culturas.

Assim como as demais disciplinas, o ER deveria fundamentar-se na formação do cidadão, afinal, é o que está prescrito na LDBEN: “formação para a cidadania”, por meio da convivência social com relações éticas e democráticas de respeito às diferenças e à diversidade. O ensino deveria ser igualitário, visando não à doutrinação religiosa, ou aos fenômenos religiosos, ou até mesmo à inserção de valores existentes na sociedade, mas, sim, tentar transpor o que realmente faz parte do grupo social. A violência, as diferenças, a discriminação, as diversas religiões existentes, o transcendente, enfim, todos fazem parte de uma cultura que deveria ser apresentada e dialogada nas escolas, onde os indivíduos, cada um com a sua identidade, se encontram. Enquanto Estado e igrejas discutem sobre como as aulas devem ocorrer, o tempo vai passando e ninguém chega a um consenso. O impasse continua, e os alunos vão ficando a mercê de aulas sem aprofundamento sociológico de convívio das situações rotineiras que estão ao seu redor.

O ER, na concepção da Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997⁵⁸, e dos PCNER, deve alicerçar-se nos princípios da cidadania, do entendimento do outro enquanto outro, da formação integral do educando. Numa visão pedagógica, o educando conhece, ao longo do ensino fundamental, os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, para que possa entender melhor a sua busca do Transcendente. Através da vivência contínua com o outro, alunos discutem valores éticos e morais que constituem qualquer ação de cidadania, estando esses desenvolvendo seus aspectos socioculturais. Afinal,

Em um mundo globalizado e de exclusão, é preciso investir na educação para a cidadania - a religiosidade é um componente da vida do cidadão. E o Ensino Religioso como todas as disciplinas do currículo escolar, é responsável pela construção da nova cultura da solidariedade, pois “não há futuro para o Brasil inserido na forma da globalização econômico-financeira, excludente e destruidora da esperança”. Construir a cidadania e co-cidadania popular é forma concreta de se construir o projeto-Brasil.⁵⁹

Passos (2007, p. 78) ainda completa:

No mundo globalizado, as diferenças culturais e religiosas misturam-se e confrontam-se de maneira direta e virtual - de ambas as formas reais - na vida cotidiana e desafiam os cidadãos a terem sobre elas uma visão e uma postura.

Em suma, é necessário que haja preocupação por parte dos órgãos competentes, das instituições escolares e dos professores com o ER, a fim de favorecer a troca de informações e as experiências dos indivíduos, para o desenvolvimento harmonioso dos cidadãos. Um ensino pedagógico que permeia as ciências naturais, a antropologia e a sociologia com o olhar voltado para o ser humano e suas relações consigo mesmo, com o outro e com o transcendente. Com cuidado para não cair em falsos moralismos e dogmatismos, porém com uma postura conteudista, com reflexão no coletivo, com caráter universal. A escola, junto com seus professores, deve ser vista como espaço socializador, pensando na construção de uma sociedade justa e livre para

⁵⁸ Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, na nova redação do art. 33 (Lei nº 9.475/97) declara que o Ensino Religioso de matrícula facultativa é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

⁵⁹ STIGAR, Robson. *Por uma nova concepção de Ensino Religioso*. Disponível em: <<http://www.artigos.com/ensinoreligioseoaconstrucaodacidania>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

viver a prática da liberdade e o compromisso com a justiça social.

3.2 DIVERSIDADES SOCIOCULTURAIS DO ALUNO: RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa (1999), as diferenças causam diversidade, divergência, alteração, desconformidade e desavença. Estas são palavras que significam bem o ato de separar pessoas e coisas no mundo em que vivemos. As diferenças unem ou separam pessoas, dependendo do lado que o indivíduo está. É comum as pessoas se sentirem diferentes, formarem seus próprios grupos de convívio, por se parecerem fisicamente, em seus modos de viver e de pensar sobre determinados assuntos, separando-se do mundo a sua volta, pois nem todos encaram o desrespeito e a violência as suas escolhas, preferem isolar-se, formando seu grupo social. As pessoas têm afinidades que se assemelham a si próprios e amizades que desejam conservar.

Na atualidade, a essência do ser humano está se perdendo. A afeição, o acolhimento, a caridade, a unidade do grupo, estão se desmanchando a cada dia. As escolhas, o modo de viver e pensar do indivíduo tem mostrado um ser humano capaz de agressões ao próximo, caso o outro não concorde com suas verdades, que chamamos de intolerância. Para que isso não aconteça ou diminua discutia-se a implementação das aulas de ER científico, voltadas para resgatar a identidade sociocultural do aluno, com aulas participativas, ativas e dialogadas um com o outro. Já que o ER, hoje, está muito ligado à ideia de comportamentos, valores e atitudes.

A questão principal encontra-se no respeito às diferenças, pouco valorizadas na atualidade, já que quanto mais globalizado o universo, menos valor as pessoas dão à vida humana. A crise social existe, a desigualdade entre as pessoas é perceptível, além das questões culturais, étnicas e religiosas, que precisam ser constantemente questionadas em sala de aula com os alunos, para que com a compreensão sobre o olhar do outro, possa existir maior harmonia entre os seres. O ser humano não aprendeu a lidar com suas emoções e pensamentos como aprendeu a dominar o mundo da tecnologia, dos relacionamentos virtuais. A alfabetização emocional se propõe a trabalhar o coração

para que a razão tenha sentido.⁶⁰

Se a escola, que é um lugar de troca de conhecimento, promover projetos com fundamentos baseados nas relações sociais, aos poucos, o aluno vai acostumando com as diversidades sociais, pois os assuntos serão rotineiros para ele, tornando-se comum. É como uma planta que precisa ser regada todos os dias para ficar bela e saudável. Os alunos têm que vivenciar o diferente, a polêmica, de modo a ir estabelecendo respeito pelo outro por meio da prática diária. Aprender sobre os princípios da liberdade, igualdade, justiça, dignidade, autonomia e solidariedade, entre outros, implica a construção de valores que possam ser capazes de abrir possibilidades de o indivíduo resolver conflitos coletivos.⁶¹

Hoje, o indivíduo está mais participativo das ações no mundo, faz jus às críticas, questionamentos, e revolta-se diante das turbulências sociais, porém, muitas vezes, sem pudor, acaba sendo inconveniente e causando constrangimento ao próximo, com conversas desnecessárias. É importante saber a hora certa de falar e se o que está sendo discutido não está magoando alguém. No entanto, se há respeito entre as relações, diminuem-se o preconceito e forma cidadãos mais tolerantes.

As diferenças de cor, raça, cultura, classe social e religião que geram discriminação, causam inclusive evasão escolar, já que o discriminado sente-se pequeno diante da intolerância do outro, ficando retraído em seu próprio ser.

Essas discriminações envolvem todo o corpo docente, portanto, todos os profissionais da instituição têm a responsabilidade de conversar sobre o assunto para que não permaneça na escola. Uma oportunidade surge durante as aulas de ER, com visão de trabalhar cientificamente na antropologia humana, com fundamento dialógico e inter-religioso. Tem-se, então, a chance de promover em união com as demais disciplinas projetos que estimulem a harmonia entre seus alunos. A reflexão é fundamental para que atitudes sejam mudadas. Somente quando o intolerante percebe que está ferindo a moral de alguém é que ele pode mudar seus conceitos, porém precisa entender isso. Olhar para dentro de si, e se reconhecer como ser humano também cheio de diferenças. Para

⁶⁰ GERSOS; SCHARPPER, 2005, p. 128.

⁶¹ FERREIRA; MARQUES, 2011, p. 164.

tanto, os PCNER⁶² têm o pressuposto de que as aulas de ER transmitam um conhecimento baseado no entendimento das diferentes culturas trazidas pelo sujeito, de forma que, após apresentar as diversidades, cada um possa entender os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso na visão do outro, entendendo melhor a sua busca do Transcendente.

Na compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e na convivência, espera-se que o educando chegue ao significado dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa a partir do seu contexto sociocultural e que, na comparação do(s) seu(s) significado(s), desenvolva entendimento e respeito crescentes na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos (PCNER, 2009, p. 66).

O indivíduo chega à escola com suas raízes tradicionais provenientes de suas famílias e, essas são crenças baseadas na justiça e na razão. A escola, com interesse educativo, dará continuidade a esses princípios, com novos direcionamentos, pautados na discussão, para a socialização entre alunos. Ações que valorizem as diferenças devem fazer parte do cotidiano escolar.

Trabalhar a pluralidade cultural também é proposta dos PCNs (Temas transversais) para formar pessoas conscientes de seus atos e dispostas a mudar de atitudes para um futuro mais promissor da nação. Isso porque, as virtudes estão cada vez menos presentes na sociedade. A paciência do ser humano está por um fio, e é muito comum, hoje em dia, ver desentendimentos constantes e atos de violência por motivos banais. Intolerância gera intolerância. Paz gera paz. Discutir sobre o que causa bem às outras pessoas põe em pauta novos conceitos e agrega valores que estão diminuindo na sociedade atual. As pessoas precisam aprender a ouvir o outro e colocar-se no seu lugar,

O amor e o respeito nascem do conhecimento que temos de outras pessoas e da convivência com elas. Por esse motivo, é necessário que a escola proporcione momentos de conhecimento e convivência. Não se pode falar em educação para a paz se nos fechamos em nós mesmos (MARCHETTO, 2009, p. 52).

⁶² POZZER, Adecir. *Concepção de Ensino Religioso no FONAPER: trajetórias de um conceito em construção*. 2010. Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/documentos_concepcao.php>. Acesso em: 20 fev. 2015.

3.2.1 Diálogo compartilhado em sala de aula para a construção de conceitos

Dialogar significa conversar com uma ou mais pessoas. Trocar informações, dizer o que pensa e ouvir os pensamentos do outro e, acima de tudo, reconhecer os diferentes modos de pensar e respeitar. Em família ou em sociedade, conversar sobre problemas sociais, política, desastres naturais, ou seja, sobre temas que envolvam todo seu grupo de convivência. Todos precisam trocar ideias, acrescentar novos conhecimentos, elaborar conceitos, mudar atitudes, fazer amigos e inserir-se socialmente. Em lugares públicos, as pessoas convivem entre si, e o diálogo acontece mesmo sem conhecer o outro.

A partir do diálogo, as pessoas resolvem divergências e entram num acordo, num consenso. Sem diálogo, não há entendimento, as crises acontecem e todos brigam entre si, sem solucionar suas angústias. Freire⁶³ (1996, p. 10), na prática da ação dialógica, coloca o diálogo como “elemento fundamental para a humanização”, e completa:

A construção de relações dialógicas sob os fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana implica a conscientização dos seres humanos, para que possam de fato, inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história (FREIRE, 1996, p. 10).

E Passos (2007) também se pautando em Paulo Freire, completa que o diálogo exige uma relação crítica e construtivista entre educadores e educandos com seus respectivos universos culturais. E também no caso do ER,

[...] o ato de ensinar, não significa transferir conhecimento religioso, mas assumir a religião como um dado a ser conhecido como parte da apreensão da realidade, da formação do sujeito e da responsabilidade para com a sociedade (PASSOS, 2007, p. 124).

Quando há comunicação, o indivíduo ultrapassa a sua condição de ser sem ação e realiza-se inteiramente como sujeito crítico, frente às divergências sociais, econômicas

⁶³ FERRARI, Márcio. Paulo Freire. 2011. Disponível em: <<http://www.educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/paulo-freire-300776.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

e culturais, e consciente de suas condições enquanto parte da história, fazendo-se escritor do seu destino, pois, através do seu envolvimento dialógico com outras pessoas, ele irá compor seu futuro.

É com o convívio social que as diferenças se encontram e o ser humano cria hábitos e atitudes de acordo com o que vê e ouve do outro. Se conviver com animais fará agir como animais, assim como no filme “Tarzan”, no qual um bebê humano cresce com macacos e comporta-se como eles, de forma que o modo de viver dos macacos foi transmitido para a criança. Assim sendo, convivendo com seres humanos, se comportará como tal. E a base para esse desenvolvimento é o diálogo e a convivência contínua. Na linguagem dos surdos-mudos, por exemplo, mesmo sem terem o domínio da fala, se comunicam com sinais. Todos são reféns de conviver em grupos. O que diferencia é a qualidade desses grupos, seus membros e a seleção de amizades, isso fará parte do futuro que a pessoa quer para si, com autonomia, tendo poder de escolha. Vygotsky⁶⁴ (1896-1934), no livro “Pensamento e linguagem”, diz que,

A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo; o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. A relação entre eles não é, no entanto, algo já formado e constante; surge ao longo do desenvolvimento e também se modifica.

O conhecimento é uma constante, o ser humano está sempre aprendendo, desde que esteja em convívio com outras pessoas.

Porém, vê-se que algumas pessoas sentem-se donas da verdade, querem que os outros pensem como elas, mudando os pensamentos alheios. Como aconteceu na colonização do Brasil, quando os portugueses obrigaram os índios e os negros a deixarem suas crenças para converterem-se ao catolicismo. Naquela época, não existia direito de negação ou liberdade de expressão, com severos castigos aos que eram contrários. Essas imposições ainda existem nos dias de hoje. As gerações trouxeram consigo toda a história dessa época, e muitas pessoas ainda acreditam serem senhores da verdade sobre os outros. É essa maneira de pensar sobre o diferente que está em

⁶⁴ MONROE, Camila; RATIER, Rodrigo. *Vygotsky e o conceito de pensamento verbal*. [s.d]. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/vygotsky-conceito-pensamento-verbal-639053.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

questão. As pessoas precisam entender que cada um tem a forma de viver que deseja, a religião que quiser, incluindo suas tradições, e essa escolha deve ser respeitada.

O diálogo revela-se como práxis. De um lado, porque, de alguma forma, a palavra do outro se encontra em mim acolhida, atinge-me e fere-me, ou seja, põe em questão as minhas certezas. De outro lado, porque a palavra do outro me reconhece como um eu e me tira do anonimato, permitindo que também diga a minha palavra.⁶⁵

Para entender esses direitos constitucionais de crença é que se pensa em aulas de ER dialogadas, para que cada aluno com o seu “eu” possa se identificar com o que o outro pensa e perceber que seus pensamentos são fundamentais e têm coerência com o que ele acredita; tudo que está relacionado com as ideias e conhecimento sobre o desconhecido é importante para acabar com a violência. Um exemplo de diálogo está nas Diretrizes Curriculares Fundamentais de Santa Catarina, elaboradas no ano de 2007, para aulas de ER, em que os alunos podem estabelecer formas de estar juntos, formas de cooperação em que todos contribuam sem se sentirem obrigados a mudar de opinião. Aquele que desejar ampliar e flexibilizar a sua forma de pensar é livre para fazê-lo, mas aquele que não se sentir a vontade para mudar ou assimilar novas formas, deve ser respeitado em seu direito de ser aquilo que é, de acreditar naquilo que quiser. A comunicação somente acontece quando ambas as partes aceitam a opinião do outro, é preciso ter abertura para novos conhecimentos, Hans-Georg Gadamer (2004, p.135), refere-se a esse ponto:

A conversação é um processo do acordo. Toda verdadeira conversação implica nossa reação frente ao outro, implica deixar realmente espaço para seus pontos de vista e colocar-se no seu lugar, não no sentido de querer compreendê-lo como essa individualidade, mas compreender aquilo que ele diz. Importa respeitar o direito objetivo de sua opinião, a fim de podermos chegar a um acordo em relação ao assunto em questão.⁶⁶

Além do mais, o diálogo propicia a formação da cidadania do indivíduo, que está assegurada no art. 33 da LDBEN, que diz “o Ensino Religioso ser parte integrante da formação básica do cidadão”, mostrando a necessidade de estabelecer comunicação nas

⁶⁵ BALDINOT, Rodinei. Diálogo no Ensino Religioso escolar: possibilidades e interdições da relação identidade-diversidade. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 5., 2008, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008, p. 210.

⁶⁶ GADAMER, apud BALDINOT, 2008, p. 210.

escolas para existir harmonia, afinal quem convive aprende, gera conhecimento, agrega conceitos e estimula a reflexão. Em suma,

[...] convivendo e dialogando, as pessoas aprendem a conhecer umas às outras, também na dimensão religiosa, e, conhecendo-se, aprendem também a se respeitar (KLEIN, 2013, p. 55).

No ER, proposto pelo FONAPER como científico, o diálogo é essencial, tem o poder de diminuir os conflitos de pensamentos, com o objetivo de auxiliar na reflexão do assunto em questão, evitando a intolerância às religiões. Trata-se de um enfoque multifacetado das disciplinas, no qual todas têm a responsabilidade e o dever de formar cidadãos. Witt e Ponick (2008) afirmam que a prática dialógica permite reconhecimentos mútuos, no qual não significa abandonar o que é sagrado para nós, mas reconhecer o que é sagrado também para o outro. É nesse ponto que a área das CR aparece, com o intuito de:

[...] favorecer as práticas do respeito, do diálogo e do ecumenismo entre as religiões. Contribui desse modo, com uma educação para a cidadania, que mesmo sem ser anticonfessional, transcende esses compartimentos para poder incidir na formação integral do ser humano (SOARES, 2010, p. 11).

Porém, nessa visão de ensino, o professor é peça chave para direcionar conteúdos sobre os diferentes saberes, ele, com neutralidade, discernimento e conhecimento científico, deve propor um momento de diálogo e reflexão junto à turma, sobre o fenômeno religioso e sua influência na sociedade, resgatando a essência da vida humana, e permitindo ao aluno aprender com novas situações, valorizando a exposição de suas ideias, e ensinando-o a aprender a participar e a aceitar o direito de expressar do outro. Entende-se que, as questões precisam ser lançadas à turma e cada um com seu conhecimento sobre o assunto passam ao outro seus conceitos e, desse modo, o processo de ensino-aprendizagem vai acontecendo. O professor irá mediar esse conhecimento com respeito, tolerância e, acima de tudo, diálogo com troca de informações, sem autoritarismo, mas buscando o entendimento na compreensão ao diferente.

3.2.2 O lúdico nas aulas de Ensino Religioso associadas ao cotidiano fora da escola

As dinâmicas, jogos, teatro, músicas, brincadeiras, cartazes, são métodos que propõem deixar a aula mais prazerosa e divertida. São atividades lúdicas que proporcionam a seus participantes saírem da vida real e entrar no mundo da fantasia, do faz de conta. Tem o objetivo de satisfazer o bem-estar físico e psíquico. Favorece a diversão, a aprendizagem e a compreensão dos sentimentos e das emoções espontaneamente. Os conteúdos que poderiam ser maçantes se seguissem o ensino tradicional, no qual o indivíduo não vivencia o que está sendo tratado em sala de aula, permitem que o aluno interaja plenamente com a atividade, ajudando a estimular seu raciocínio lógico, pois, durante a dinâmica, o aluno questiona, faz reflexão e soluciona dúvidas com todos do grupo, socializando-se.

É passando pela experiência de narrar e ouvir relatos nos momentos das dinâmicas que podemos refazer o nosso modo de ser. Incorporamos nossa história à história do outro por meio da experiência de ouvir seu relato. A dinâmica tem esta bonita característica: possibilita a interação pelo convite e não pela imposição. Ela tem grandes chances de questionar preconceitos e possibilitar o encontro com o outro (WITT; PANICK, 2008).

Cada atividade lúdica é aplicada para um propósito, uma finalidade. O professor irá expor o conteúdo com naturalidade e criatividade, para que o aluno possa agir, utilizando sua realidade de vida. O indivíduo expressa seus sentimentos internos sem perceber, sem constrangimento, afinal, todos estão brincando e envolvidos nessa aula prática.

Quando essas aulas dinamizadas acontecem, o aluno comunica-se quando concilia diálogo e aprendizado com alegria e satisfação. Associando o que ouve com o significado das palavras, formando conceitos e aprendendo sobre o mundo a sua volta. Todo estudante é curioso e precisa de estímulos e oportunidades que o impulsionem para novas descobertas. Assim, com as dinâmicas na rotina da sala de aula, o aluno adquire,

[...] habilidades para resolver situações do dia-a-dia, desenvolvendo a percepção e a sensação do mundo em que vive, proporcionando autoconfiança e, conseqüentemente, independência (YOGI, 2003, p. 5).

Durante as dinâmicas, é importante deixar o aluno se expressar nas respostas. Deixá-lo pensar sem influenciá-lo, permitir que solucionem os problemas propostos para descobrir os princípios lógicos da dinâmica. Yogi (2003) ainda diz que a criatividade é uma constante, e essa é a palavra chave que abre a porta para o infinito mundo do conhecimento humano, da arte à tecnologia. E completa, dizendo que “a criatividade faz milagres. Com ela, tijolo se torna chocolate; príncipe torna-se sapo; o aprender, uma brincadeira, e o educador, um superstar!” (YOGI, 2003).

Não se pode esquecer que a característica de cada turma deve ser trabalhada para o nível dos alunos, com planejamento e desenvolvimento de propostas. Por exemplo, dirigir um grupo de adolescentes pressupõe muita habilidade, pois “são bastante sensíveis e boicotam facilmente uma atividade se percebem que esta não vai ao encontro de seus sentimentos e desejos. Por outro lado, entram facilmente nas brincadeiras, expressando seus sentimentos e desejos”.⁶⁷

O lúdico nas aulas de ER quer mostrar isto: uma metodologia que causa entusiasmo, sem ferir a crença religiosa de ninguém, e, ao mesmo tempo, instiga o desejo de participação dos educandos. Com as dinâmicas, podem-se desenvolver temas religiosos como o rito, o *ethos*, os fenômenos, as tradições e a cidadania, prevendo quebrar o gelo, aproximar as pessoas com respeito e com liberdade de escolha.

Como dito anteriormente, promover o diálogo é um dos desafios para as aulas de ER, sendo proposta dos PCNs para trabalhar a religião como campo científico. A intenção é aplicar aulas participativas e vivenciadas pelo aluno, proporcionando, sem que percebam, a busca na memória por experiências religiosas, entendendo que é parte integrante da sua vida. Outro fator importante é que aulas lúdicas propiciam o escutar a outra pessoa, perceber o outro nas suas diferenças, conhecendo suas singularidades e estimulando a comunicação. Isso acontece porque não há como praticar a dinâmica com individualidade, ela só é realizada em grupo, facilitando a interação e o crescimento desse grupo. Além de auxiliar na reflexão e no respeito, ajuda o participante a conhecer e

67 VASSIMON, Georgia. Conceituando tradição. 2002. Disponível em: <<http://www.paulinas.org.br/dialogo/?system=news&action=read&id=8292>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

a partilhar experiências, já que a intenção é estudar cientificamente as religiões para formar cidadãos que o incluam na sociedade, para uma convivência pacífica, com harmonia entre as partes. É interessante os alunos escolherem temas relacionados à realidade da turma e trabalharem o pluralismo religioso. Eles, com suas ideias, irão ajudar nessa construção de aprendizagem. Os PCNs reforçam a importância de comunicar-se no ato educativo:

Todo ser humano faz perguntas. Ele interroga a si mesmo e ao mundo. Ao interrogar-se, procura saber quem ele é, para onde vai e de onde veio. Quando a pergunta recai sobre o mundo, o ser humano procura compreender o seu mistério, sua origem e finalidade. Na experiência do cotidiano existencial, a pergunta rompe com o mesmo. Provoca novas situações. Faz emergir o desconhecido (FONAPER, 2007, p. 20).

A capacidade mental se desenvolve melhor quando os conteúdos são apresentados aos alunos com diálogo vivido uns com os outros. Segundo Piaget (1978), a criança entre dois a seis anos encontra-se na fase do desenvolvimento simbólico, da fantasia e do “faz de conta”. Dessa maneira, a dinâmica, sendo aplicada nas séries iniciais, visa satisfazer os desejos infantis, a curiosidade e as fantasias, proporcionando sentimento de conhecimento alcançado e autoconfiança no que aprendeu na escola.

Friedrich Froebel (1782-1852), fundador dos jardins de infância, pensava na criança como ser que precisa de cuidados em sua fase de formação, para crescer saudável. Segundo a professora Alessandra Arce da Universidade Federal de São Carlos⁶⁸,

Ele procurava na infância o elo que igualaria todos os homens, sua essência boa e divina ainda não corrompida pelo convívio social. Para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem. Froebel previu uma educação que ao mesmo tempo permite o treino de habilidades que elas já possuem e o surgimento de novas.

Pensava no ensino com o propósito de “aprender a aprender”. Sobre Deus, idealizava a educação que trabalharia os conceitos de unidade e harmonia, pelos quais as crianças encontrariam a sua identidade e sua ligação com o eterno.

Não se pode esquecer que a criança tem que viver como criança, brincar sem se

⁶⁸ Entrevista concedida à Revista Educar para Crescer em 07/01/2011. Escritora do livro “Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância”, 120 f. Ed. Vozes, 2002.

preocupar, e a brincadeira é fundamental para descobertas, para o crescimento físico, o desenvolvimento cognitivo, a construção de conceitos e para aprender a fazer escolhas. A escola precisa ser um complemento dessas brincadeiras, um lugar de prazer pessoal, de desejo de estar ali, mas sem fugir das regras e normas estabelecidas pela instituição. Os limites precisam existir e a organização nas tarefas aplicadas, também. A criança deve entender a hora de começar e de terminar uma dinâmica e qual o seu propósito, pois é uma brincadeira direcionada, com objetivos de ensino, em que o indivíduo experimenta situações que poderá levar para o longo da vida.

CONCLUSÃO

Durante todo o processo de desenvolvimento deste projeto, o assunto analisado e discutido girou em torno das abordagens das aulas de ER nas séries iniciais no município de Cariacica. Com um olhar crítico, questionador e adaptado dentro dos limites da realidade de cada instituição para a formação íntegra do cidadão, objetivando trabalhar as diferentes manifestações religiosas e as tradições culturais de cada região brasileira, com visão pluralista e diversificada das diferenças sociais que acompanham o indivíduo há muitas gerações. Essa preocupação nasceu diante da violência que tem crescido a cada dia. Falta mais conversa em casa com os pais e uma maior interação das disciplinas nas escolas, associadas à prática do ER, com aulas diversificadas, buscando não conteúdos distintos a cada matéria, mas, sim, conteúdos que ajudem o aluno na formação da cidadania.

O interesse de estudo encontra-se nas manifestações do sagrado, dialogadas com todo o grupo educacional, alunos e professores, de modo a elaborar novas opiniões, agregando conceitos e favorecendo a reflexão diante das atitudes cotidianas. Entre os modelos de ensino, como o catequético e teológico, o mais adequado na atualidade seria o modelo das CR - ainda em estudo. Este modelo é o indicado pelos PCNER, criado pelo FONAPER, e também é defendido pelo escritor João Décio Passos no livro “Ensino Religioso: Construção de uma proposta” (2007). Esse modelo tem o objetivo de mostrar ao aluno as diferenças entre os fenômenos religiosos, já que interferem na formação da sociedade, para que seja discutido com todo o grupo e, assim, tendo conhecimento sobre a religião do outro, possa existir o respeito e a tolerância ao próximo. O papel das instituições é fundamental para a promoção de um ambiente socializado entre os seus discentes desde os primeiros anos escolares, para que, quando adultos, possam tornar-se seres humanos integrados e incluídos na sociedade, não como pessoas com condutas erradas perante a lei, mas com consciência de que o respeito mútuo é fundamental para convivência em sociedade. Além de entenderem que em sociedade todos têm direitos e deveres, portanto, somos todos iguais perante a lei.

Ficou claro que todos os autores citados possuem interesse para que os

municípios percebam que o ER faz parte da história da humanidade e, como tal, deve ser mostrado aos alunos nas instituições. Assim, terão oportunidade de fazerem suas escolhas e poderão repensar suas ações e as ações do outro. Além de pensarem em promover, com conversas contínuas, um lugar justo e igualitário para as futuras gerações. No entanto, é necessário que o processo de conscientização inicie-se nos primeiros anos escolares do indivíduo, ou seja, nas séries iniciais do 1º ao 5º ano, como dito no desenvolvimento deste processo. Ora, a criança entre 6 e 9 anos de idade está em processo de formação de personalidade e caráter diante das situações. O ER visa mostrar conteúdos que tratam das manifestações do sagrado com olhar científico e o aluno, associando as regras de bem-estar e boa convivência, saiba discernir o certo e o errado, e assim entender que para criticar é preciso conhecer, e, conhecendo, vai adquirindo novos conceitos que mostrarão que sua verdade não é a verdade do outro e isso precisa ser respeitado. As opiniões se divergem e com diálogo constante, o importante é fazer o aluno refletir sobre suas ações no mundo e as consequências de tal ação.

Em Cariacica, as aulas de ER são contempladas apenas nas séries finais do ensino fundamental, porém, há interesse futuro para que essas aulas também possam estar nas séries iniciais, pois além de mostrar as diversidades religiosas que estão na sociedade, mostram também novos olhares e valores de justiça, respeito e amor ao próximo.

As metodologias de ensino, adaptadas para cada turma, com professor capacitado e incentivador de novas descobertas, podem gerar resultados positivos de aprendizagem para todos os alunos da escola. Aulas com dinâmicas, diálogos, conteúdos pertinentes à realidade de cada lugar, com culturas e tradições religiosas, devem permitir ao aluno conhecer o outro, seus ideais, seus anseios, sua comunidade, sua postura diante dos problemas, dialogar e refletir sobre suas ações, pois somente conhecendo as diferenças culturais e religiosas ao qual fazemos parte, será possível superar as intolerâncias e injustiças sociais. Mas, há um longo caminho a ser percorrido, o Conselho de Ensino Religioso (CONER) está engajado em auxiliar os Estados nesse percurso e supervisiona a contratação de professores, uma vez que falta licenciatura para preparar novos profissionais e a maioria dos que atuam na área de ER possui outras

formações acadêmicas. Assim, faz-se necessário um processo contínuo de formação, além de uma grade curricular que regulamente os temas a serem trabalhados nas escolas, como já acontece com as demais disciplinas do núcleo comum. O importante é saber que o ER continua em constante discussão entre grupos religiosos e professores, que pensam no ensino científico da disciplina, com preocupação em preparar o aluno dia a dia para o convívio pleno com o seu semelhante e em sua comunidade, com respeito e igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BALDINOT, Rodinei. Diálogo no ensino religioso escolar: possibilidades e interdições da relação identidade-diversidade. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 5., 2008, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 206-211.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Educação e defesa da vida ameaçada. In: SIMÕES, Cristiano Campos. (Org.). *Ensino Religioso: desafios e perspectivas na pós-modernidade*. Campos dos Goytacazes, RJ: Grafimar, 2009. p. 13-30.

BARBOSA, José Ruy Feliz; SOUSA, Wanildo Figueiredo de. O Ensino Religioso na escola e o desafio da transconfessionalidade. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013. p. 245-253.

BECKER, Fernando. *Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire*. Porto Alegre: EST; Palmarinca; Educação e Realidade, 1993.

BITTENCOURT, Neide Arrias. *Diretrizes e Orientações sobre o Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo*. Vitória, 2007.

BRANDENBURG, Laude Erande et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013.

BRANDENBURG, Laude Erande et al. (Orgs.). *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005.

BRANDENBURG, Laude Erande et al. (Orgs.). *Fenômeno religioso e metodologias*. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 6., 2009, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1997. 126 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília, 1997. 146p.

CARDOSO, Leonardo Mendes. Religião e saúde. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004.

CARIACICA (Município do Estado do Espírito Santo). Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes Curriculares do Município de Cariacica (ES) – Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)*. Cariacica, 2012.

CARON, Lurdes. (Org.). *O ensino religioso na nova LDB*. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes. 1997. (Coleção Ensino Religioso Escolar. Série Fundamentos).

_____. *Políticas e práticas curriculares: formação de professores ao ensino religioso*. 2007. 354 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

CONSELHO de ensino religioso do Espírito Santo. 2015. Disponível em: <<http://www.coneres.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. 2015. Disponível em: <<http://www.coneres.org/index.php/trabalhe-conosco/missao/>>. Acesso em: 12 fev. 2015

COSTA, Antonio Max Ferreira da. *Um breve histórico do ensino religioso na educação brasileira*. [s.d]. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CRUZ, Eduardo R. da. *Religião e Ciência: temas do ensino religioso*. São Paulo: Paulinas, 2014.

CURY, Augusto. *Filhos brilhantes, alunos fascinantes*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino Religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil*. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, n. 17, junho, p. 20-37, 1993.

DITADURA Militar no Brasil - 1964-1985. *Só História*. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

DUQUE, João Manuel Correia Rodrigues. Teologia e educação nas dinâmicas sociais. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 17-31.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. *Diretrizes e Orientações Curriculares sobre o Ensino Religioso no Estado do Espírito Santo*. Vitória, 2007. Disponível em: <[http://file:///D:/Users/ana-daocs/Downloads/DIRETRIZES%20\(1\).pdf](http://file:///D:/Users/ana-daocs/Downloads/DIRETRIZES%20(1).pdf)>. Acesso em: 15. fev. 2015.

FERRARI, Márcio. *Jean Piaget*. 2011. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/jean-piaget-307384.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. *Paulo Freire*. 2011. Disponível em: <<http://www.educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/paulo-freire-300776.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

FERREIRA, Amauri Carlos; MARQUES, Maria Elizabeth. Aprendizagem de valores para a cidadania: desafio à educação e às religiões. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; MORI, Geraldo de (Orgs.). *Religião e Educação para a cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2011. p.153-168.

FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012.

FREIRE, Madalena. A formação permanente. In: FREIRE, Paulo. *Trabalho, comentário, reflexão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 43. ed. 2005.

FREITAS, Eliane Maura Littig Milhomem de. O Ensino Religioso no Município de Cariacica – ES: o processo de construção das diretrizes curriculares e o desafio de sua implementação em âmbito escolar. *Revista Reflexus – Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, Vitória, v. 7, n. 10, p. 37-53, 2013.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FUCHS, Henri Luiz. A interdisciplinaridade no Ensino Religioso: uma análise circunspectiva. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 19-25

GAGG, Eliana Aparecida Lopes. Ensino religioso resgatando valores. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 4., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007. p. 152-200.

GERSOS, Elisabeth Zissis; SCHARPPER, Valério. A aprendizagem de valores nas aulas de Ensino Religioso. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso na escola: bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 126-130.

GIKOVATE, Flávio. *A arte de educar*. Curitiba: Nova Didática, 2001.

GUILHERME, Paulo. *Professor no Brasil perde 20% da aula com bagunça na classe, diz estudo*. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-no-brasil-perde-20-da-aula-com-bagunca-na-classe-diz-estudo.html>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

HUBNER, Jussara Marques. Educação e contemporaneidade: desafios permanentes e esperanças inerentes à formação integral. In: BRANDENBURG, Laude Erande et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e docência e(m) formação*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 254-262.

JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf Von; ZWETSCH, Roberto E. (Orgs.). *Teologia Pública: desafios sociais e culturais*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2012.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. *Ensino Religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

JUNQUEIRA, Sérgio. A construção histórica entre o ensino religioso e as ciências da religião no cenário brasileiro. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; MORI, Geraldo de. (Orgs.). *Religião e educação para a cidadania*. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: Soter, 2011. p. 169-188.

_____. Ensino Religioso: aspectos práticos. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 314-334.

_____. Ensino Religioso: que espaço é este? Uma identidade pedagógica. In: WACHS, Carlos Manfredo et al. (Orgs.). *Práxis do ensino religioso na escola*. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 4., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: EST/Sinodal, 2007. p. 13-22.

KLEIN, Remí; BRANDENBURG, Laude Erande; WACHS, Manfredo Carlos (Orgs.). Ensino Religioso: Diversidade e identidade. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 5., 2008, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

KLEIN, Remí. As linguagens no Ensino Religioso: interfaces com a literatura brasileira. In: KRONBAUER, Selenir Côrrea Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Educação e Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 53-64.

KRONBAUER, Selenir Côrrea Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Educação e religião: múltiplos olhares sobre o ensino religioso*. São Paulo: Paulinas, 2013.

LEMOS, Carolina Teles. Ensino Religioso nas principais tendências pedagógicas. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 116-137

LUCENA, Marcondes. *O ensino religioso na educação pública no Brasil*. 2010. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Faculdades Integradas Campo-Grandense, Fundação Educacional Unificada Campo-Grandense, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://marcondeslucena.wordpress.com/universidade/monografia>>. Acesso em 12 fev. 2015.

MACHADO, Léo Marcelo Prantes; NASCIMENTO, Neusa Alves; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Educação Religiosa na creche. *Revista Educação em Movimento*, Curitiba, v. 3, n. 8, p. 45-54, maio/ago., 2004.

MARCHETTO, Glória Lourdes Alessi. *Educação para a paz: um caminho necessário*. São Paulo: Paulinas, 2009.

MONROE, Camila; RATIER, Rodrigo. *Vygotsky e o conceito de pensamento verbal*. [s.d]. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/vygotsky-conceito-pensamento-verbal-639053.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; MORI, Geraldo de. (Orgs.). *Religião e educação para a cidadania*. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: Soter, 2011.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

PACIEVITCH, Thais. *Teoria cognitiva*. [s.d]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educação/teoria-cognitiva>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PIMENTEL, Jéferson Polidoro Ruaro. A fé na infância: como o Ensino Religioso cristão nas séries iniciais pode auxiliar na formação da criança. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Orgs.). *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013. p. 207-244.

POZZER, Adecir. *Concepção de Ensino Religioso no FONAPER: trajetórias de um conceito em construção*. 2010. Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/documentos_concepcao.php>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PROFESSORES doutores da Universidade Metodista de Piracicaba/Pontifícia Universidade Católica de São de Paulo. O Ensino Religioso como área de conhecimento. In: SENA, Luzia (Org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 111-136.

QUADROS, Eduardo Gusmão de; MIRANDA, Janira Sodré. O Ecumenismo e o Ensino Religioso. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 73-86.

QUEIROZ, Carlos Albérico Leite de; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. *Novos rumos do Ensino Religioso para a educação básica*. Disponível em: <http://www.ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2012/12/artigo-2_novos-rumos.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

Revista Reflexus – Revista Semestral de Teologia e Ciências da Religião, Vitória, v. 7, n. 10, 176 f., 2013/2.

RODRIGUES, Elisa. *Ensino religioso: área de conhecimento da educação básica*. [s.d]. Disponível em: <<http://www.academia.edu/3726804/EnsinoReligiosocomoareadeconhecimento>>.

Acesso em: 12 fev. 2015.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. *O Ensino Religioso no Currículo escolar*. Diálogo – Revista de Ensino Religioso, ano 6, n. 22, 2001.

SENA, Luzia (Org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

SCUSSEL, Marcos André. Professor-pesquisador no Ensino Religioso: um olhar para a religiosidade e as religiões. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 5., 2008, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 172-177.

SILVA, André Luís Silva da. *Teoria de aprendizagem de Piaget*. [s.d]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/pedagogia/teoria-de-aprendizagem-de-piaget/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Revista de Estudos da Religião - REVER*, São Paulo, n. 2, p. 1-14, 2004.

SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino Religioso: educação centrada a vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004.

SIMÕES, Cristiano Campos. (Org.). *Ensino Religioso: desafios e perspectivas na pós-modernidade*. Campos do Goytacazes, RJ: Grafimar, 2009.

SOARES; Afonso Maria Ligorio. *Religião e educação: da ciência da religião ao ensino religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

STIGAR, Robson. *Por uma nova concepção de Ensino Religioso*. Disponível em: <<http://www.artigos.com/ensinoreligiosoeaconstrucaodacidadania>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

TAVARES, Manuel. Educação e destinação humana: a liberdade entre a finitude e a infinitude. Educação em e para a liberdade e a experiência da transcendência. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. Ciências da Religião e “ensino do religioso”. In: SENA, Luzia (Org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 63-77.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2015.

USARSKI, Frank. (Org.). *O espectro disciplinar da ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Repensando a Religião).

VASSIMON, Georgia. Conceituando tradição. 2002. Disponível em: <<http://www.paulinas.org.br/dialogo/?system=news&action=read&id=8292>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

XAVIER, Donizete. A educação como missão da igreja no Magistério eclesial. In: FIGUEIRA, Eulálio; JUNQUEIRA, Sérgio. *Teologia e Educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 195-229.

WACHS, Carlos Manfredo et al. (Orgs.) Práxis do ensino religioso na escola. In: SIMPÓSIO DE ENSINO RELIGIOSO, 4., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: EST/Sinodal, 2007.

WEIL, Pierre. *A criança, o lar e a escola*. 21. ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2000.

WITT, Maria Dirlane; PANICK, Edson (Coords.). *Dinâmicas para o Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

YOGI, Chizuko. *Aprendendo e brincando com música e com jogos*. Belo Horizonte: Fapi, 2003.